

**PREGÃO ELETRÔNICO: 90126/2026**

**CONTRATANTE (UASG): 081102**

**OBJETO:** - Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços especializados, não contínuos, de produção e logística de materiais didáticos do currículo oficial do Estado de São Paulo, abrangendo impressão, acabamento, mixagem/separação, embalagem, transporte e entrega, com fornecimento de apostilas prontas para uso nas unidades escolares.

**VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**LOTE 01:** R\$ 512.410.000,00 (quinhentos e doze milhões e quatrocentos e dez mil reais)

**LOTE 02:** R\$ 355.500.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco milhões e quinhentos mil reais)

**LOTE 03:** R\$ 568.000.000,00 (quinhentos e sessenta e oito milhões de reais)

**LOTE 04:** R\$ 44.830.000,00 (quarenta e quatro milhões e oitocentos e trinta mil reais)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 20/07/2026 às 10h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço Global do Lote

**MODO DE DISPUTA:** Aberto

Administração Pública do Estado de São Paulo  
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE  
Edital de Pregão  
Versão atualizada em: 03/03/2026



Baixe o app Compras.gov.br  
e apresente sua proposta

---

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	14
11. DOS RECURSOS .....	15
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	16
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	19
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	19

**FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90126/2026****PROCESSO SEI Nº 229.00003936/2026-29****PEDIDO DE CONTRATAÇÃO FDE Nº 36/00167/26/05**

Fundação para o Desenvolvimento da Educação, por meio da Gerência de Licitações - GLI, sediada à Avenida São Luis, 99 – 8º andar – Bairro: República – São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços especializados, não contínuos, de produção e logística de materiais didáticos do currículo oficial do Estado de São Paulo, abrangendo impressão, acabamento, mixagem/separação, embalagem, transporte e entrega, com fornecimento de apostilas prontas para uso nas unidades escolares, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1. Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
  - 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
  - 3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

- 3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.
- 3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
- 3.5.1. Considerando o valor estimado dos itens/grupos, objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#), deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

- 4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).



- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser **de 0,50 %** (cinco décimos por cento)
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
  - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de



cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento](#);

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Neste certame para registro de preços, tratando-se de licitação por grupo(s) de itens:

6.20.1.1. serão observados como critério de aceitabilidade de preços unitários e máximos:

#### LOTE 1 - Ensino Médio – Grandes Tiragens

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 1	10049	Unidade	495.000.000	R\$ 0,81	R\$ 400.950.000,00
2	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 3	10049	Unidade	57.000.000	R\$ 1,32	R\$ 75.240.000,00

#### LOTE 1 - Pequenas Tiragens

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 1	10049	Unidade	37.000.000	R\$ 0,95	R\$ 35.150.000,00
2	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 2	10049	Unidade	1.000.000	R\$ 1,07	R\$ 1.070.000,00

#### LOTE 2

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 1	10049	Unidade	450.000.000	R\$ 0,79	R\$ 355.500.000,00

## LOTE 3

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 1	10049	Unidade	710.000.000	R\$ 0,80	R\$ 568.000.000,00

## LOTE 4

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Até 2 Páginas - Especificação 4	10049	Unidade	6.000.000	R\$ 0,26	R\$ 1.560.000,00
2	Serviço de Produção e Impressão - Até 8 Páginas - Especificação 4	10049	Unidade	5.000.000	R\$ 0,87	R\$ 4.350.000,00
3	Serviço de Produção e Impressão - Até 16 Páginas - Especificação 4	10049	Unidade	28.000.000	R\$ 1,39	R\$ 38.920.000,00

6.20.1.2. a contratação posterior de item específico exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade contratante.

6.20.2. Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

- 
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
- 7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).
- 7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a execuibilidade da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
- 8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.
- 8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 
- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.
-

- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
- 8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5 .
- 8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração .
- 8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
  - b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
  - b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.



- 10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea “a” da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A fase de apresentação de amostra(s) e a habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:
- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico SEI – Sistema Eletrônico de Informações.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES (art.92, XIV)**

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
  - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
  - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
  - 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
    - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração.
  - 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.
  - 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
  - 12.2.2. multa;
  - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
  - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. *A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:*
- a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de inexecução total e/ou por sua não assinatura;
  - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre a parcela não cumprida do contrato, pela inexecução parcial;
  - c) Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução do objeto do contrato calculada sobre o valor da parcela executada com atraso, até o 10º dia de atraso;
  - d) Multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso na execução do objeto do contrato calculada sobre o valor da parcela executada com atraso, a partir do 11º dia de atraso;
  - e) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições ajustadas cujas sanções não estejam previstas nesta cláusula
- 12.4.1 As multas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” desta cláusula são cumulativas e serão aplicadas até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, com a possibilidade de extinção do mesmo.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de](#)

[2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
- 12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.21. Tratando-se de licitação para registro de preços:
- 12.21.1. Será da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- 12.21.2. Será da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- 12.21.3. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências descritas na subdivisão anterior.

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [gli.pregao@fde.sp.gov.br](mailto:gli.pregao@fde.sp.gov.br)
- 13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
- 13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) e [www.fde.sp.gov.br](http://www.fde.sp.gov.br) sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
- 13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.
- 13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.
- 14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato cuja minuta integra este Edital como Anexo.
- 14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e

Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.
- 14.12.1. Nos termos do artigo 10 do [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), o contratado deverá encaminhar à Controladoria Geral do Estado a documentação que comprove a implantação de seu programa de integridade, nos termos do Capítulo II, Seções I e II deste decreto, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato.
- 14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico [www.fde.sp.gov.br](http://www.fde.sp.gov.br) – opção licitações.
- 14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;**

- Adendo A - Detalhamento das Especificações Técnicas;
- Adendo B – Detalhamento das Etapas de Execução do Objeto;
- Adendo C – Proposta Comercial;
- Adendo D – Locais de Entrega;
- Adendo E – Designação de Gestores;
- Adendo F – Modelo de Material para Impressão;
- Adendo G – Histórico de Execução;

**ANEXO II - ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**ANEXO III - CADASTRO RESERVA**

**ANEXO IV – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**ANEXO V – MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES);**

**ANEXO VI – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO DO TCE/SP**

**SÃO PAULO, 01 de julho de 2026.**

**JOÃO PAULO DE AQUINO**  
**GERENTE DE LICITAÇÕES**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FDE**  
(Processo Administrativo nº 229.00003936/2026-29)

**01 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1 - Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços especializados, não contínuos, de produção e logística de materiais didáticos do currículo oficial do Estado de São Paulo, abrangendo impressão, acabamento, mixagem/separação, embalagem, transporte e entrega, com fornecimento de apostilas prontas para uso nas unidades escolares.** Os materiais destinam-se aos estudantes e professores do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede estadual de ensino e dos municípios conveniados, conforme quantitativos, condições e exigências estabelecidos neste Termo de Referência de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

**Lote 01:** Composto por 02 tabelas: Ensino Médio - Grandes Tiragens + Pequenas tiragens

*Tabela 1 - Estimativa de quantidades - Lote 01 - Ensino Médio – Grandes Tiragens*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 1	10049	Unidade	495.000.000	R\$ 0,81	R\$ 400.950.000,00
2	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 3	10049	Unidade	57.000.000	R\$ 1,32	R\$ 75.240.000,00
<b>TOTAIS</b>				<b>552.000.000</b>		<b>R\$ 476.190.000,00</b>

Tiragem mínima: 100.000 unidades por título

*Tabela 2 - Estimativa de quantidades - Lote 01 - Pequenas Tiragens*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 1	10049	Unidade	37.000.000	R\$ 0,95	R\$ 35.150.000,00
2	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 2	10049	Unidade	1.000.000	R\$ 1,07	R\$ 1.070.000,00
<b>TOTAIS</b>				<b>38.000.000</b>		<b>R\$ 36.220.000,00</b>

Tiragem mínima: 5.000 unidades por título

**Lote 02:** Composto por 01 tabela: Ensino Fundamental I - Grandes Tiragens

*Tabela 3 - Estimativa de quantidades - Lote 02: Ensino Fundamental I – Grandes Tiragens*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 1	10049	Unidade	450.000.000	R\$ 0,79	R\$ 355.500.000,00
<b>TOTAIS</b>				<b>450.000.000</b>		<b>R\$ 355.500.000,00</b>

Tiragem mínima: 100.000 unidades por título

**Lote 03:** Composto por 01 tabela: Ensino Fundamental II - Grandes Tiragens

*Tabela 4 - Estimativa de quantidades - Lote 03: Ensino Fundamental II – Grandes Tiragens*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 1	10049	Unidade	710.000.000	R\$ 0,80	R\$ 568.000.000,00
<b>TOTAIS</b>				<b>710.000.000</b>		<b>R\$ 568.000.000,00</b>

Tiragem mínima: 100.000 unidades por título

**Lote 04:** Composto por 01 tabela: Provas/Avaliações

Tabela 5 - Estimativa de quantidades - Lote 04: Provas/Avaliações

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Até 2 Páginas - Especificação 4	10049	Unidade	6.000.000	R\$ 0,26	R\$ 1.560.000,00
2	Serviço de Produção e Impressão - Até 8 Páginas - Especificação 4	10049	Unidade	5.000.000	R\$ 0,87	R\$ 4.350.000,00
3	Serviço de Produção e Impressão - Até 16 Páginas - Especificação 4	10049	Unidade	28.000.000	R\$ 1,39	R\$ 38.920.000,00
<b>TOTAIS</b>				<b>39.000.000</b>		<b>R\$ 44.830.000,00</b>

Tiragem mínima: 10.000 unidades por título

As quantidades estimadas foram definidas com base no histórico de consumo da ata de registro de preços anterior, na previsão de títulos e paginações elaborada pela Supervisão Pedagógica da Secretaria da Educação e no quantitativo de matrículas da rede pública estadual. As estimativas contemplam as demandas previstas para os anos letivos de 2027 e início de 2028, considerando a possibilidade de prorrogação da vigência da ata, nos termos do **art. 84 da Lei nº 14.133/2021**.

- 1.1.1 - Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema [compras.gov.br](https://compras.gov.br) e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2 - Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o **Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023**.
- 1.1.3 - O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no **Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023**.
- 1.1.4 - A utilização do Sistema de Registro de Preços justifica-se, nos termos dos **artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021**, por se tratar de modalidade adequada para a aquisição de itens e serviços com demandas variadas, recorrentes ao longo da vigência, e que exigem previsibilidade de preços para uma gestão eficiente.
- 1.2 - Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como sendo de natureza comum, conforme descrição constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do **Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023**.
- 1.3 - A **Ata de Registro de Preços** terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso de acordo com o **artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021**.
  - 1.3.1 - Na hipótese de prorrogação da vigência, fica admitida a renovação do quantitativo registrado, na mesma proporção do período prorrogado, em consonância com as diretrizes do **Parecer nº 75/2024/DECOR/CGU/AGU**.
  - 1.3.2 - A renovação do quantitativo não é automática e dependerá de manifestação formal do Órgão Gerenciador, fundamentada no planejamento da demanda e na disponibilidade orçamentária.
  - 1.3.3 - Durante o período de prorrogação, os preços registrados poderão ser reajustados com base na variação do **Índice de Preços ao Consumidor – IPC-FIPE**, ou outro índice que venha a substituí-lo, acumulada nos 12 (doze) meses anteriores, observada a legislação vigente e o equilíbrio econômico-financeiro do registro.
  - 1.3.4 - Caso a renovação do quantitativo não seja de interesse da Administração, a prorrogação da vigência poderá ocorrer apenas para o consumo de saldo remanescente, se houver.
- 1.4 - O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.5 - **Subcontratação:** Conforme faculta o **artigo 122 da Lei nº 14.133/2021**, a empresa a ser contratada poderá subcontratar os serviços de logística (mixagem, embalagem, agendamento das entregas, transporte, distribuição/entrega), desde que não haja prejuízos na execução dos serviços e dos prazos estabelecidos, nem se exima a CONTRATADA de quaisquer de suas obrigações e responsabilidades, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE pelos serviços executados direta ou indiretamente por ela e ou por alguma de suas subcontratadas.

- 1.5.1 - Justifica-se a possibilidade de subcontratação dos serviços logísticos por ser prática corrente no setor de editorial, visto que existem empresas especializadas em distribuição de insumos para as escolas. É prática corrente essa modalidade de entrega em outras ações desta pasta, como materiais didáticos impressos e kits escolares.
- 1.5.2 - O planejamento e a gestão de todos os serviços, desde a aquisição dos itens, insumos, montagem dos acervos, armazenamento, expedição, transporte, distribuição e entrega, administração do sistema, não poderão ser subcontratados.

## 02 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 - A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, que em breve síntese esclarece:
- 2.1.1 - A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) é responsável pela gestão de mais de 5,4 mil escolas e 3,1 milhões de alunos, garantindo educação de qualidade conforme a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Além de atender 1.478 escolas de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com mais de 514 mil estudantes, a SEDUC-SP prioriza a oferta de insumos pedagógicos adequados, promovendo um ambiente inclusivo e estimulante para o aprendizado de todos os estudantes e professores da rede de ensino estadual.
- 2.1.2 - Considerando que o material didático e pedagógico é um recurso fundamental para o ensino na educação básica e para a implementação do Currículo Paulista, é essencial estabelecer uma padronização na contratação de empresas especializadas que forneçam serviços de materiais didáticos impressos. Essa padronização se destina a atender alunos do Ensino Fundamental I (anos iniciais), do Ensino Fundamental II (anos finais), do Ensino Médio e os professores da rede estadual, assim como os municípios conveniados, para o ano letivo de 2027 e início de 2028.
- 2.1.3 - Considera-se essencial a contratação de serviços especializados para produção, logística e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos, garantindo acesso igualitário a recursos de qualidade que aprimoram o aprendizado e desenvolvem habilidades socioeducativas. Diante do crescente uso de recursos digitais na educação, a atualização desses materiais torna-se urgente para atender às novas demandas e assegurar a eficácia da educação no estado.
- 2.1.4 - Essa iniciativa prioriza a impressão, acabamento, embalagem, transporte e entrega dos materiais, promovendo um ambiente de aprendizagem dinâmico e inclusivo, alinhado às necessidades dos estudantes ao Currículo Paulista.
- 2.2 - O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do **Decreto estadual nº 67.689/2023**, conforme detalhamento a seguir:
- a) **ID PCA no PNCP:** 60509015000101-0-000002/2026;
  - b) **Data de publicação no PNCP:** 19/12/2025;
  - c) **ID do item no PCA:** 6;
  - d) **Classe/Grupo:** 891 - SERVIÇOS DE REPRODUÇÃO, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÃO;
  - e) **Identificador da Futura Contratação:** 81102-10/2026.

## 03 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1 – A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada nas especificações técnicas (Adendo A) e no Estudo Técnico Preliminar que em breve síntese esclarece:
- 3.1.1 - O processo de licitação para a prestação de serviços de impressão, acabamento, mixagem/separação, embalagem, transporte e distribuição/entrega dos materiais didáticos e pedagógicos destinados às escolas da rede pública do Estado de São Paulo tem como objetivo fortalecer e complementar o material pedagógico já existente na rede de ensino. A iniciativa busca oferecer os subsídios necessários para orientar e apoiar as práticas pedagógicas em sala de aula, alinhando-se às políticas públicas educacionais voltadas à melhoria da aprendizagem.
- 3.1.2 - Todo o processo será respaldado nas diretrizes do Currículo Paulista e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), garantindo que, para o ano letivo de 2027 e início de 2028, os materiais entregues possuam características pedagógicas que promovam uma educação de qualidade e equitativa, atendendo ao requisitos abaixo:

- a) **Material 100% consumível:** Permite interação direta dos alunos com o conteúdo, promovendo aprendizado ativo e envolvente;
- b) **Maior número de atividades:** Diversidade de tarefas para atender diferentes níveis de aprendizado, incentivar a prática contínua e o estudo autônomo;
- c) **Articulação entre Componentes Curriculares:** Integração das disciplinas para uma aprendizagem mais contextualizada e significativa, estimulando o pensamento crítico;
- d) **Layout atrativo:** Design visual envolvente que desperta interesse, facilita a compreensão e torna o aprendizado mais dinâmico e criativo;
- e) **Material impresso baseado no digital:** Integra formatos para acesso contínuo e aprendizado dinâmico, facilitando revisão e enriquecendo a experiência educacional;
- f) **Textos reformulados:** Adaptação da linguagem e conteúdo à faixa etária, utilizando textos atuais que conectam os alunos com temas relevantes, promovendo engajamento e habilidades críticas;
- g) **Praticidade de aplicação:** Materiais de fácil acesso que permitem revisão a qualquer momento e gestão eficiente do tempo em sala de aula;
- h) **Atividades dinâmicas e progressão de complexidade:** Conteúdo organizado por complexidade progressiva ao longo do ano, alinhado às habilidades do Currículo Paulista.

**3.1.3** - Diante do cenário atual, em que a educação depende cada vez mais de recursos digitais e interativos, torna-se imprescindível atualizar e produzir materiais didáticos que acompanhem essas novas demandas.

#### **04 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1** - O objeto desta licitação refere-se à de serviços especializados, não contínuos, de produção e logística de materiais didáticos do currículo oficial do Estado de São Paulo, abrangendo impressão, acabamento, mixagem/separação, embalagem, transporte e entrega, com fornecimento de apostilas prontas para uso nas unidades escolares. A mixagem/separação, embalagem, transporte e distribuição/entrega poderão ser realizadas diretamente pela empresa detentora da ata ou por uma empresa de operações logísticas subcontratada. A distribuição deverá ser realizada ponto a ponto nas escolas públicas, nas unidades regionais de ensino do estado de São Paulo e municípios conveniados, conforme determinação da contratante.

**4.2 - Sustentabilidade:** A empresa contratada deverá observar as práticas de sustentabilidade previstas em lei, no **Decreto Estadual nº 53.336/2008** e resoluções de órgãos ambientais, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou mitigar danos ao meio ambiente e segurança, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

**4.2.1 - Impactos Ambientais:** Os critérios e cumprimento das práticas de sustentabilidade visando minimizar os impactos ambientais são integralmente de responsabilidade da futura contratada, devendo, além do decreto acima citado, minimamente ser observado:

- a) Dar preferência a produtos oriundos de empresas que possuem credenciamento de cadeia de custódia/certificação FSC-ACC-004 – práticas responsáveis de manejo UASG 153978 ETP 10/2020 6 de 17 florestal e/ou CEFLOP NBR 14790 (Programa Nacional de Certificação Florestal) ou certificação similar para a execução das atividades de produção de material gráfico, assim como, para as demais obrigações que exijam utilização de materiais que se estabeleçam em critérios de produção com responsabilidade ambiental, social e econômica;
- b) Possuir uma gestão ambiental com práticas e métodos administrativos que visem reduzir ao máximo o impacto ambiental com procedimentos formais e efetiva operação para destinação e/ou tratamento correto, conforme legislação e normas ambientais vigentes, de todos os resíduos produzidos no decorrer da execução das atividades contratadas;
- c) Prestar os serviços de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos a IN 01, 19/01/2010-SLTI/MPOG e no **Decreto Nº 7.746/2012**, no que couber;
- d) Executar as atividades exigidas para o objeto, fases logísticas do processo de produção, manejo e descarte do material gráfico de forma sustentável, organizada e socialmente responsável, para atendimento da preferência governamental determinada pelo **art. 7º**,



**inciso XI, alínea b da Lei nº 12.305/2010**, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

**4.3 - Apresentação de Amostras:** Não será exigida a apresentação de amostras na fase licitatória decorrente deste objeto.

**4.4 - Garantia da contratação:** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os **artigos 96** e seguintes da **Lei nº 14.133/2021**, no percentual de 5% e condições descritas nas cláusulas do contrato.

**4.4.1 -** No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

- a) **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;
- b) **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;
- c) **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- d) **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;
- e) **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

**4.4.2 -** A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

**4.4.3 -** O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

**4.5 - Dispensa da etapa de IRP:** Sendo o órgão gerenciador o único contratante, conforme artigo 86º § 1º da **Lei nº 14.133, de 2021** regulamentado pelo **artigo 9º § 2º do Decreto federal nº 11.462/2023**, o procedimento previsto de intenção de registro de preços será dispensado.

## **05 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1 - Requisitos Tecnológicos e de Sistema:** Se solicitado pelo gestor, as contratações decorrentes da ata de registro de preços deverão ser feitas através de sistema informatizado, cabendo ao gestor da ata disponibilizar todas as informações/orientações necessárias para a utilização do mesmo.

**5.1.1 -** A contratada deverá disponibilizar sistema on-line de acompanhamento das entregas, fornecendo login e senha para as pessoas definidas pela contratante, conforme os requisitos descritos no Adendo B.

### **5.2 - Condições de execução**

#### **5.2.1 - Planejamento e Execução dos Serviços:**

- a) A contratada será responsável pela produção, impressão, mixagem/ separação, embalagem, transporte e distribuição dos materiais didáticos, conforme especificado no ETP e neste Termo de Referência;
- b) A execução será realizada de forma escalonada, conforme a demanda das escolas estaduais e municípios conveniados. Estão previstas até seis distribuições completas por ano letivo, podendo ainda ocorrerem distribuições complementares destinadas as unidades regionais de ensino, mesmo que abaixo das tiragens mínimas, conforme o cronograma estabelecido;



- c) A contratada deverá planejar e gerir os serviços contratados de modo a assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental, desde a impressão, acabamento, expedição, armazenamento, mixagem, controle de qualidade, embalagem, transporte, distribuição/entrega, sistema online de gerenciamento, bem como os demais procedimentos/atividades pertinentes e complementares, sempre que necessários, objetivando, inclusive, a antecipação dos processos preparatórios para impressão gráfica, evitando qualquer atraso ou imprevisto na disponibilização para distribuição e entrega dos materiais didáticos, no estrito cumprimento dos prazos estipulados.

### 5.2.2 - Fiscalização

- a) A fiscalização será realizada pelo Departamento de Materiais Pedagógicos (DPED) da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, juntamente com equipe da SUPED/SEDUC, que acompanharão todo o processo, desde a produção até a entrega dos materiais;
- b) As amostras dos materiais serão analisadas pela contratante antes da produção em larga escala, e laudos técnicos serão emitidos para garantir que as especificações sejam cumpridas;
- c) Será realizada a verificação do cumprimento dos prazos e a conformidade dos produtos com as especificações técnicas estabelecidas. Qualquer irregularidade deverá ser corrigida pela contratada no menor prazo possível, conforme as diretrizes do contrato.

**5.2.3 - Prazos e etapas de execução:** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, conforme a tabela abaixo:

Tabela 6 - Prazos e Etapas de execução

Etapas		Prazo
1	Assinatura do Contrato	Até 3 dias (úteis) após a convocação da contratante
2	Entrega das amostras de impressão	Até 3 dias (úteis) após o recebimento dos arquivos originais disponibilizados pela contratante
3	Ações corretivas, referente ao resultado obtido das amostras (se for o caso)	Até 3 dias (úteis) após o recebimento de relatório emitido pela contratante (prazo não adicionado ao prazo de execução).
4	Elaboração de cronograma de entrega	Até 5 dias (úteis) após a entrega da planilha de distribuição
5	Impressão / Armazenagem / Separação / Transporte/Entrega	Até 25 dias (úteis) após a aprovação das provas de impressão
6	Comprovação de entrega	Até 5 dias (úteis) após a finalização das entregas de cada Unidade Regional de Ensino (disponibilização das GRs protocoladas em sistema, nuvem ou via email).
7	Faturamento/Pagamento	30 dias após o ateste dos comprovantes de entrega correspondentes às notas fiscais

**5.2.4** - Os detalhamentos de cada etapa de execução estão contidos no [Adendo B](#) deste Termo de Referência.

**5.3 - Locais de Entrega:** As aquisições serão estabelecidas em contrato, onde serão indicadas as localidades, os itens e quantitativos para entrega. As entregas deverão ser feitas em cada uma das escolas, unidades regionais de ensino, municípios conveniados ou demais locais identificadas nas Guias de Remessa.

**5.3.1** - As entregas dos materiais deverão ser feitas na totalidade descrita nas Guias de Remessa, não sendo permitido o fracionamento.

**5.3.2** - O horário de entrega nas unidades receptoras será das 09h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, podendo ser alterado a qualquer tempo pela Contratante, de acordo com a sua conveniência;

**5.3.3** - A abrangência regional dos locais de entrega (unidades regionais/municípios correspondentes) da Rede Estadual de Ensino está detalhada no [Adendo D](#).

### 5.4 - Demais condições de execução:

**5.4.1** - Executar os serviços nas condições estipuladas neste Termo de Referência, no Edital de Licitação, se for o caso, na Proposta Comercial da Contratada e na Ata, observando-se as especificações técnicas do serviço (principalmente apresentada no projeto gráfico), os prazos estabelecidos e as normas técnicas e legais vigentes e aplicáveis.

- 5.4.2** - Manter todas as condições de habilitação e de qualificação técnica exigidas na ocasião da contratação.
- 5.4.3** - Comunicar ao Gestor da Ata, por escrito e imediatamente, qualquer ocorrência que possa afetar a execução deste Termo de Referência e do próprio contrato.
- 5.4.4** - Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços a serem prestados e ou produtos a serem entregues diretamente pela própria contratada ou por empresa terceirizada/subcontratada, dentro dos prazos estipulados, na quantidade e qualidades descritas neste Termo de Referência, na ARP e conforme as normas técnicas pertinentes.
- 5.4.5** - Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, de acordo com o **art. 119 da Lei nº 14.133/2021**.
- 5.4.6** - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.
- 5.4.7** - Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse da Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços.
- 5.4.8** - Manter a Contratante informada de forma contínua, precisa e tempestiva acerca dos processos e das etapas dos serviços em execução. No que se refere especificamente ao status de expedição e entrega do objeto, as atualizações deverão ser realizadas diariamente.
- 5.4.9** - Informar à Contratante, sempre que solicitado, por meio de planilhas informativas, os quantitativos e saldos dos materiais entregues aos operadores logísticos, podendo ser exigida, para fins de comprovação, a apresentação das respectivas notas fiscais de entrega.
- 5.5.10** - Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas requisições e reclamações se obriga a atender.
- 5.4.11 - Dos Direitos Autorais e Patrimoniais da Obras:** Ressalvando-se os direitos autorais e patrimoniais de terceiros eventualmente presentes nas obras, os quais devem ser garantidos e respeitados conforme dispõe a **Lei Federal nº: 9.610/1998**. A Contratante DECLARA que os direitos autorais, ideais e patrimoniais das obras didáticas e pedagógicas da presente proposta pertencem à Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, sendo de sua inteira e exclusiva responsabilidade todos os conteúdos dos materiais didáticos e pedagógicos distribuídos ao público-alvo de sua rede estadual de ensino paulista.
- 5.5 - Prorrogação de Prazo:** Em situações excepcionais, a CONTRATADA poderá solicitar, através de e-mail/ofício, a prorrogação dos prazos contratuais, apresentando as devidas justificativas. A CONTRATANTE, após análise das justificativas, poderá aceitar ou recusar a solicitação.
- 5.5.1** - Solicitações de prorrogação de prazo não serão aceitas após o término da vigência do contrato.
- 5.6 - Garantia do serviço:** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990** (Código de Defesa do Consumidor).

## **06 - MODELO DE GESTÃO DOS CONTRATOS**

- 6.1** - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2** - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3** - As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4** - O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5** - Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do

plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.6 - Preposto:** O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no contrato os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**6.6.1** - O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

**6.7 - Fiscalização:** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput**).

**6.8 - Fiscalização Técnica:** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (**Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17**).

**6.8.1** - O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato contratual todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II**).

**6.8.2** - O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (**Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III**).

**6.8.3** - O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (**Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV**).

**6.8.4** - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (**Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º**).

**6.8.5** - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (**Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II**).

**6.9 - Fiscalização Administrativa:** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (**Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III**).

**6.9.1** - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (**Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV**).

**6.9.2** - Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.10 - Gestor do contrato:** O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (**Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º**).

**6.10.1** - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (**Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX**).

**6.10.2** - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (**Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI**).

**6.10.3** - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o **art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021**, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (**Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII**).

**6.10.4** - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (**Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único**).

**6.10.5** - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**6.11- Vistoria:** Durante a execução do contrato a contratante poderá realizar vistorias técnicas, nos operadores logísticos contratados pela contratada, para acompanhamento e fiscalização da regularidade dos procedimentos adotados e verificação do cumprimento das especificações técnicas.

**6.11.1** - As vistorias poderão ser agendadas previamente, a critério da contratante. Os funcionários da contratante, devidamente identificados e cujos nomes serão informados, terão livre acesso aos locais onde os itens contratados estiverem sendo armazenados ou manipulados.

**6.11.2** - No momento da vistoria poderão ser coletadas amostras dos materiais sem ônus a contratante.

## **07 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1** - A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.

**7.1.1** - Será indicada, em termo circunstanciado, a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o contrato:

- a) Não tenha produzido os resultados acordados;
- b) Tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou
- c) Tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.2 - Do recebimento provisório:** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (**Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023**).

**7.2.1** - O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contrato com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**7.2.2** - O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (**Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023**).

**7.2.3** - O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (**Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023**).

**7.2.4** - O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**7.2.5** - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**7.2.5.1** - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

**7.2.5.2** - O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização

não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.2.6** - A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (**Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021**).

**7.2.7** - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**7.2.8** - Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.3 - Recebimento definitivo:** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (**Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI**);
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- d) Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.3.1** - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.3.2** - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.3.3** - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**7.4 - Liquidação:** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (**art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023**).

**7.4.1** - O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o **inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021**.

**7.4.2** - Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;



- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.4.3** - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

**7.4.4** - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no **art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021**.

**7.4.5** - A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (**Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023**).

**7.4.6** - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**7.4.7** - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.4.8** - Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**7.4.9** - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**7.5 - Prazo de pagamento:** O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do **art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023**.

**7.5.1** - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (**art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990**), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

**7.6 - Forma de pagamento:** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

**7.6.1** - Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do **art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008**.

**7.6.2** - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.6.3** - O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.



**7.6.3.1** - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.6.4** - O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da **Lei Complementar nº 123, de 2006**, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **7.7 - Critérios para o Cálculo de Valor Unitário por livro/título:**

**7.7.1** - Para fins de composição de custos e formação do preço unitário dos livros, será adotada como unidade técnica de referência o caderno tipográfico de 16 (dezesesseis) páginas.

**7.7.2** - O quantitativo de cadernos tipográficos correspondente ao miolo da obra será obtido pela divisão do número total de páginas internas do livro por 16 (dezesesseis).

**7.7.3** - Para fins exclusivos de equalização e composição do custo da capa, convencionou-se que cada capa corresponderá ao equivalente a 01 (um) caderno tipográfico de 16 (dezesesseis) páginas, independentemente do número efetivo de páginas da capa e seus elementos acessórios.

**7.7.4** - Dessa forma, o cálculo da quantidade total de cadernos tipográficos por livro considerados para precificação será dado pela seguinte fórmula:

$$CT = (P / 16) + 1$$

Onde:

- a) **CT** = quantidade total de cadernos tipográficos considerados para precificação;
- b) **P** = número total de páginas do miolo da obra;
- c) **+1** = equivalente técnico referente ao custo da capa.

Exemplo de aplicação, considerando um livro com o miolo de 208 páginas:

**CT:**  $(208 / 16) + 1 = 14$ , temos:

- a) 13 (treze) cadernos tipográficos referentes ao miolo;
- b) 1 (um) caderno tipográfico equivalente ao custo da capa;
- c) Logo, o valor do exemplar deverá ser calculado considerando o equivalente a 14 (quatorze) cadernos tipográficos de 16 páginas multiplicado pelo valor unitário de cada caderno tipográfico registrado.

**7.8 - Empresas em consórcio:** Nos casos de formação de consórcio, todas as contratações e a emissão de notas fiscais deverão ser realizadas exclusivamente no CNPJ do consórcio, abrangendo a totalidade das operações, independentemente da proporção de participação de cada empresa consorciada.

#### **7.9 - Data Referencial e Critério de Reajuste dos Preços Registrados**

**7.9.1** - Nos termos do **art. 92, inciso V e §3º, da Lei nº 14.133/2021**, os preços registrados têm como data-base o mês de **maio de 2026**, correspondente à realização da pesquisa de preços que fundamentou o orçamento estimado da contratação, a qual será utilizada como referência para fins de reajuste.

**7.9.2** - O reajuste dos preços poderá ser concedido após o decurso do interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base definida no item anterior, com base na variação acumulada do **Índice de Preços ao Consumidor – IPC-FIPE**, ou outro que venha a substituí-lo.

**7.9.3** - Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, será admitida a aplicação do reajuste, desde que já tenha sido implementado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base estabelecida, independentemente da data de assinatura da ata.

**7.9.4** - Para fins de cálculo do reajuste, será considerada a variação acumulada do índice no período compreendido entre o mês/ano da data-base e o mês/ano imediatamente anterior à concessão.

**7.9.5** - O reajuste deverá ser formalmente solicitado pelo fornecedor, não sendo aplicado automaticamente, e produzirá efeitos financeiros a partir da data de implementação do direito.

**7.9.6** - A ausência de solicitação tempestiva implicará a preclusão dos efeitos financeiros do reajuste, sem prejuízo de sua concessão para período subsequente, desde que observado o interregno legal.

- 7.9.7 - As variações ordinárias de mercado decorrentes de inflação serão tratadas exclusivamente por meio de reajuste, não caracterizando hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro, o qual dependerá da comprovação dos pressupostos legais específicos.
- 7.9.8 - A adoção da data da pesquisa de preços como data-base tem por finalidade preservar a compatibilidade dos preços registrados com as condições de mercado vigentes à época da formação do orçamento estimado da contratação.

## **08 - FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**8.1 - Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

**8.2 - Regime de execução:** O regime de execução do contrato será na modalidade empreitada por preço unitário.

**8.3 - Exigências de habilitação:** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica.

### **8.4 - Habilitação jurídica:**

**8.4.1 - Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**8.4.2 - Sociedade empresária,** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**8.4.3 - Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme **Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.**

**8.4.4 - Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.4.5 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**8.4.6 -** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **8.5 - Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

**8.5.1 -** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

**8.5.2 -** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da **Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014**, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.5.3 -** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.5.4 -** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.**

**8.5.5 -** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**8.5.6 -** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital nos termos da **Lei Complementar nº 214, de 2025**, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda

Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

- 8.5.7** - Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## **8.6 - Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.6.1** - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples.

- 8.6.2** - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária.

- 8.6.3 - Balanço patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando:

- Nos termos do **art. 69 da Lei nº 14.133/2021**, será exigido, como condição de habilitação econômico-financeira, que a licitante comprove possuir patrimônio líquido mínimo equivalente a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, como forma de assegurar a capacidade financeira para o cumprimento das obrigações contratuais;
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º**);
- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável;
- Em caso de consórcio fica estabelecido o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, conforme previsto no **art. 15 §1º da Lei 14.133/2021**.

- 8.6.4** - O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## **8.7 - Qualificação Técnica**

- 8.7.1** - Comprovação de capacidade operacional para execução do serviço similar de complexidade tecnológica e operacional, equivalente ou superior a **30% (trinta por cento)** para o item integrante do objeto da contratação conforme tabela abaixo, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- 8.7.2** - Considerando as características do objeto, baseado em cadernos tipográficos, e visando facilitar a aferição da capacidade técnica sem restringir a competitividade, os quantitativos serão convertidos em equivalência de livros, utilizando-se, para fins de cálculo, a média de páginas prevista por exemplar em cada lote, conforme tabelas abaixo:

*Tabela 7 - Capacidade técnica: Lote 1 - Ensino Médio + Pequenas Tiragens*

TABELA	ITEM	TOTAL DE CADERNO TIPOGRÁFICOS	MÉDIA DE PÁGINAS PREVISTA POR LIVROS	MÉDIA PREVISTA DE CADERNOS TIPOGRÁFICOS POR LIVRO + CAPA	TOTAL DE LIVROS PREVISTOS	CAPACIDADE TÉCNICA (30%)
1	1	495.000.000	272	18	27.500.000	<b>8.250.000</b>
1	2	57.000.000	288	19	3.000.000	<b>900.000</b>
2	1	37.000.000	176	12	3.083.333	<b>925.000</b>
2	2	1.000.000	128	9	111.111	<b>33.333</b>
<b>TOTAIS</b>		<b>590.000.000</b>			<b>33.694.444</b>	<b>10.108.333</b>

- 8.7.2.1** - Portanto, para fins de aferição da capacidade técnica referente ao **Lote 01**, será considerado o quantitativo equivalente a **10.108.333** livros.

Tabela 8 - Capacidade técnica: Lote 02 - Ensino Fundamental I

ITEM	TOTAL DE CADERNO TIPOGRÁFICOS	MÉDIA DE PÁGINAS PREVISTA POR LIVROS	MÉDIA PREVISTA DE CADERNOS TIPOGRÁFICOS POR LIVRO + CAPA	TOTAL DE LIVROS PREVISTOS	CAPACIDADE TÉCNICA (30%)
1	450.000.000	208	14	32.142.857	<b>9.642.857</b>

**8.7.2.2** - Portanto, para fins de aferição da capacidade técnica referente ao **Lote 02**, será considerado o quantitativo equivalente a **9.642.857** livros.

Tabela 9 - Capacidade técnica: Lote 03 - Ensino Fundamental II

ITEM	TOTAL DE CADERNO TIPOGRÁFICOS	MÉDIA DE PÁGINAS PREVISTA POR LIVROS	MÉDIA PREVISTA DE CADERNOS TIPOGRÁFICOS POR LIVRO + CAPA	TOTAL DE LIVROS PREVISTOS	CAPACIDADE TÉCNICA (30%)
1	710.000.000	272	18	39.444.444	<b>11.833.333</b>

**8.7.2.3** - Portanto, para fins de aferição da capacidade técnica referente ao **Lote 03**, será considerado o quantitativo equivalente a **11.833.333** livros.

Tabela 10 - Capacidade técnica: Lote 04 - Provas / Avaliações

ITEM	TOTAL DE PROVAS PREVISTAS	CAPACIDADE TÉCNICA (30%)
1	6.000.000	<b>1.800.000</b>
2	5.000.000	<b>1.500.000</b>
3	28.000.000	<b>8.400.000</b>
<b>TOTAIS</b>		<b>11.700.000</b>

**8.7.2.4** - Portanto, para fins de aferição da capacidade técnica referente ao **Lote 04**, será considerado o quantitativo de **11.700.000** cadernos de provas/avaliações.

**8.7.3** - Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

- A proponente deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho em contrato anterior para o mesmo objeto que especifique(m) necessariamente os tipos dos itens fornecidos, com indicações das quantidades e prazo contratual, datas de início e término, devidamente assinados;
- Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante;
- O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante, entre outros documentos;
- O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a execução de serviços **gráficos** no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente e objeto desta contratação;
- Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;
- Na hipótese de a licitante sagrar-se vencedora de mais de um lote, os atestados apresentados deverão comprovar a capacidade técnica correspondente à soma dos quantitativos dos lotes vencidos, vedada a utilização do mesmo atestado para comprovação de capacidade técnica em lotes distintos.

## 8.8 - Outras Comprovações

**8.8.1** - Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do **art. 117, parágrafo único**, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no **art. 5º-C** e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no **art. 5º-D**, ambos da **Lei nº 6.019, de 1974**, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

**8.8.2 - Participação de Consórcios:** Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

**8.8.2.1** - O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

**8.8.2.2** - Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no **inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021**.

**8.8.2.3** - A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

## **8.9 - Participação de microempresas e empresas de pequeno porte**

**8.9.1 - Tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte:** Será observado o disposto nos **artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006** e na legislação estadual aplicável, assegurando-se, em especial, a regularização fiscal e trabalhista nos termos do **art. 43** e o critério de desempate previsto no **art. 44**.

**8.9.2 - Reserva de cotas:** Não serão reservadas cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, justifica-se a decisão por não se mostrar vantajoso para a administração pública pelo porte, complexidade e requisitos técnicos do objeto, que envolve o serviço de impressão de milhões de livros para distribuição/entrega em mais de 5.000 pontos de entrega possíveis. Tal escopo demanda capacidade instalada, recursos e experiência comprovada que geralmente excedem o potencial de microempresas, conforme autorizado pelo **inciso III do artigo 49 da Lei Complementar 123/2006**.

**8.9.2.1** - Assim, ao considerar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, a flexibilização das cotas neste caso evita uma reserva de mercado incompatível com o objeto do contrato, ao garantir que o processo licitatório seja pautado em critérios de capacidade técnica e eficiência. Essa medida, amparada ainda pelo **artigo 3º, inciso II, da Lei Estadual nº 16.928/2019**, visa assegurar que os recursos públicos sejam aplicados de



forma racional e econômica, promovendo o interesse público por meio de uma execução eficiente e qualificada.

## 09 - ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

**9.1** - O valor estimado total da contratação é de **R\$1.480.740.000,00** (Um bilhão, quatrocentos e oitenta milhões, setecentos e quarenta mil reais.), conforme custos unitários apostos nas **tabelas abaixo**. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no **Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023**.

*Tabela 11 - Estimativa de valores: Lote 01 - Ensino Médio*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 1	10049	Unidade	495.000.000	R\$ 0,81	R\$ 400.950.000,00
2	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 3	10049	Unidade	57.000.000	R\$ 1,32	R\$ 75.240.000,00
<b>TOTAIS</b>				<b>552.000.000</b>		<b>R\$ 476.190.000,00</b>

*Tabela 12 - Estimativa de valores: Lote 01 - Pequenas Tiragens*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 1	10049	Unidade	37.000.000	R\$ 0,95	R\$ 35.150.000,00
2	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 2	10049	Unidade	1.000.000	R\$ 1,07	R\$ 1.070.000,00
<b>TOTAIS</b>				<b>38.000.000</b>		<b>R\$ 36.220.000,00</b>

*Tabela 13 - Estimativa de valores: Lote 02 - Ensino Fundamental I*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 1	10049	Unidade	450.000.000	R\$ 0,79	R\$ 355.500.000,00
<b>TOTAIS</b>				<b>450.000.000</b>		<b>R\$ 355.500.000,00</b>

*Tabela 14 - Estimativa de valores: Lote 03 - Ensino Fundamental II*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 1	10049	Unidade	710.000.000	R\$ 0,80	R\$ 568.000.000,00
<b>TOTAIS</b>				<b>710.000.000</b>		<b>R\$ 568.000.000,00</b>

*Tabela 15 - Estimativa de valores: Lote 04 - Provas/Avaliações*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Até 2 Páginas - Especificação 4	10049	Unidade	6.000.000	R\$ 0,26	R\$ 1.560.000,00



2	Serviço de Produção e Impressão - Até 8 Páginas - Especificação 4	10049	Unidade	5.000.000	R\$ 0,87	R\$ 4.350.000,00
3	Serviço de Produção e Impressão - Até 16 Páginas - Especificação 4	10049	Unidade	28.000.000	R\$ 1,39	R\$ 38.920.000,00
<b>TOTAIS</b>				<b>39.000.000</b>		<b>R\$ 44.830.000,00</b>

**9.2** - Para auxiliar na composição dos preços dos itens referentes aos cadernos tipográficos (Lotes 01, 02 e 03), seguem abaixo tabelas contendo a conversão dos itens em livros, elaboradas com base na média de páginas prevista por exemplar.

**9.3** - Ressalta-se que, para os cálculos apresentados, foi considerada a média de páginas obtida a partir da divisão do total de páginas previstas (considerando todos os títulos e paginações estimadas) pela quantidade total de livros prevista. Os números dos itens das tabelas abaixo correspondem ao campo de mesma identificação constante nas tabelas de estimativa de valores referentes a cada lote.

*Tabela 16 - Média de cadernos tipográficos por livro: Lote 01 - Ensino Médio*

Item	Média de Páginas por Livro	Número de Cadernos Tipográficos para Miolo	Número de Cadernos Tipográficos para Capa	Número total de Cadernos Tipográficos por Livro	Total de Livros Previstos
1	272	17	1	18	27.500.000
2	288	18	1	19	3.000.000

*Tabela 17- Média de cadernos tipográficos por livro: Lote 01 - Pequenas Tiragens*

Item	Média de Páginas por Livro	Número de Cadernos Tipográficos para Miolo	Número de Cadernos Tipográficos para Capa	Número total de Cadernos Tipográficos por Livro	Total de Livros Previstos
1	176	11	1	12	3.083.333
2	128	8	1	9	111.111

*Tabela 18 - Média de cadernos tipográficos por livro: Lote 02 - Ensino Fundamental I*

Item	Média de Páginas por Livro	Número de Cadernos Tipográficos para Miolo	Número de Cadernos Tipográficos para Capa	Número total de Cadernos Tipográficos por Livro	Total de Livros Previstos
1	208	13	1	14	32.142.857

*Tabela 19 - Média de cadernos tipográficos por livro: Lote 03 - Ensino Fundamental II*

Item	Média de Páginas por Livro	Número de Cadernos Tipográficos para Miolo	Número de Cadernos Tipográficos para Capa	Número total de Cadernos Tipográficos por Livro	Total de Livros Previstos
1	272	17	1	18	39.444.444

**9.4 - Parâmetros Utilizados para definição de valores referenciais:** Para garantir que os preços oferecidos pelos fornecedores ou prestadores de serviços sejam justos e razoáveis, foi realizada pesquisa de preços no período entre **06/05/2026** e **15/05/2026** para obter informações detalhadas sobre os valores de mercado do objeto da licitação, seguindo os parâmetros do **Decreto nº 67.888/2023**.

**9.5** - A Diretoria de Projetos Especiais é responsável por viabilizar à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC) a contratação de empresas especializadas para execução ou fornecimento de bens destinados à rede de ensino. Cabe a essa diretoria zelar pela economicidade dos serviços, o que inclui a análise crítica dos preços obtidos na pesquisa de mercado, conforme disposto no **Decreto nº 67.888/2023**.

Dessa forma, a Diretoria optou por adotar, como valor de referência, a **MEDIANA** para os Lotes 01, 02 e 03 e **MÍNIMA** para o Lote 04 dos preços saneados na pesquisa de preços, método este recomendado para mitigação de distorções decorrentes de valores extremos (superestimados ou subestimados), conforme boas práticas indicadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e regulamentações estaduais.

## **10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1** - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

**10.2** - No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 080020;
- b) Fonte de Recursos: 154010001;
- c) Programa de Trabalho: 12368081561740000;
- d) Elemento de Despesa: 33903983;
- e) Plano Interno: 000.000.0100.

**10.3** - Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

---

**ANDERSON AUGUSTO ROLFINI**

Gerente de Equipamentos e Materiais Pedagógicos

---

**CÂNDIDO JOSÉ DO SANTOS**

Diretoria de Projetos Especiais

São Paulo, na data da assinatura digital.

## ADENDO A - DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

**A01** - A contratação visa à prestação de serviços especializados, não contínuos, de produção e logística de materiais didáticos do currículo oficial do Estado de São Paulo, abrangendo impressão, acabamento, mixagem/separação, embalagem, transporte e entrega, com fornecimento de apostilas prontas para uso nas unidades escolares. Os materiais destinam-se aos estudantes e professores do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede estadual de ensino e dos municípios conveniados. Neste contexto deverão atender todos os requisitos referentes as especificações técnicas dos serviços de impressão e logística, conforme as especificações abaixo.

### **A02 - Especificações detalhadas dos serviços gráficos**

#### **A02.1 - Especificação 1**

##### **a) Miolo**

- I. Formato Fechado: 200 x 260 mm
- II. Formato Aberto: 400 x 260 mm
- III. Papel offset 75g, impressão 4x4

##### **b) Capa**

- I. Formato Fechado: 200 x 260 mm
- II. Formato Aberto: 400 x 260 mm
- III. Papel triplex 250g, impressão 4x1
- IV. **Acabamento:** A capa deverá possuir acabamento de proteção, conforme abaixo:
  - Tipo preferencial: verniz UV (ultravioleta);
  - Com alta resistência à abrasão;
  - Realce visual (brilho);
  - Alternativa aceitável: Verniz à base d'água (AQ), com resistência compatível ao uso didático (se aprovado pela contratante).

##### **c) Encadernação:**

- I. Sistema: encadernação colada (brochura);
- II. Adesivo: PUR (poliuretano reativo);
- III. Lombada quadrada;
- IV. **Requisitos de qualidade:** Será considerada não conformidade:
  - Falhas de colagem (páginas soltas ou frouxas);
  - Excesso ou falta de cola na lombada;
  - Ondulação ou enrugamento da capa ou miolo;
  - Cola aparente fora da área da lombada.

#### **A02.2 - Especificação 2**

##### **a) Miolo**

- I. Formato Fechado: 185 x 260 mm
- II. Formato Aberto: 370 x 260 mm
- III. Papel offset 75g, impressão 4x4

##### **b) Capa**

- I. Formato Fechado: 185 x 260 mm
- II. Formato Aberto: 370 x 260 mm
- III. Papel triplex 250g, impressão 4x1
- IV. **Acabamento:** A capa deverá possuir acabamento de proteção, conforme abaixo:
  - Tipo: verniz UV (ultravioleta);
  - Com alta resistência à abrasão e umidade;
  - Realce visual (brilho);

- Alternativa aceitável: Verniz à base d'água (AQ), com resistência compatível ao uso didático (se aprovado pela contratante).

**c) Encadernação:**

- I. Sistema: encadernação colada (brochura);
- II. Adesivo: PUR (poliuretano reativo);
- III. Lombada quadrada;
- IV. **Requisitos de qualidade:** Será considerada não conformidade:
  - Falhas de colagem (páginas soltas ou frouxas);
  - Excesso ou falta de cola na lombada;
  - Ondulação ou enrugamento da capa ou miolo;
  - Cola aparente fora da área da lombada.

**A02.3 - Especificação 3 (espiral)****a) Miolo**

- I. Formato Fechado: 320 x 220 mm
- II. Formato Aberto: 640 x 220 mm
- III. Papel offset 75g, impressão 4x4

**b) Capa**

- I. Formato Fechado: 320 x 220 mm
- II. Formato Aberto: 640 x 220 mm
- III. Papel triplex 250g, impressão 4x1
- V. **Acabamento:** A capa deverá possuir acabamento de proteção, conforme abaixo:
  - Tipo: verniz UV (ultravioleta);
  - Com alta resistência à abrasão e umidade;
  - Realce visual (brilho);
  - Alternativa aceitável: Verniz à base d'água (AQ), com resistência compatível ao uso didático (se aprovado pela contratante).

**c) Encadernação**

- I. Tipo: encadernação mecânica por espiral contínuo;
- II. Perfuração linear ao longo da lombada;
- III. Passo (pitch): 3:1 (três furos por polegada) ou equivalente.

**d) Espiral (elemento de fixação)**

- I. Material: plástico (PVC ou polipropileno) flexível, por se tratar de uso infantil;
- II. Formato: helicoidal contínuo;
- III. Diâmetro: deverá ser compatível com a espessura do miolo, garantindo livre movimentação das folhas sem deformação;
- IV. Acabamento: extremidades travadas, sem pontas expostas.

**e) Perfuração**

- I. Diâmetro dos furos: 3 mm a 5 mm;
- II. Margem de perfuração: mínimo de 10 mm da borda;
- III. Alinhamento: obrigatório entre todas as folhas e capas.

**A02.4 - Especificação 4****a) Miolo**

- I. Formato Fechado: 200 x 260 mm
- II. Formato Aberto: 400 x 260 mm
- III. Papel offset 75g, impressão 4x4

**b) Encadernação:**

- 
- I. **Tipo: grampo metálico central (dobra):**
    - Quantidade: mínimo de 2 grampos por exemplar;
    - Material do grampo: aço galvanizado ou inox;
    - Centralizada na dobra com fixação firme, sem folgas;
    - Pontas internas dobradas corretamente, sem arestas cortantes expostas.
  - II. **Tipo: colagem simples (hot melt ou equivalente):**
    - Aplicação: na lateral (lombada);
    - Aplicação uniforme de cola, fixação suficiente para impedir soltura de folhas;
    - Espessura do bloco: compatível com colagem (sem excesso de cola).
  - III. **Requisitos de qualidade: Será considerada não conformidade:**
    - Falhas de colagem ou grampeamento (páginas soltas ou frouxas);
    - Excesso ou falta de cola na lombada;
    - Cola aparente fora da área da lombada.
- c) Segurança e Sigilo**
- I. **Princípios Gerais:** A Contratada deverá garantir:
    - Sigilo absoluto do conteúdo das provas;
    - Rastreabilidade de todas as etapas do processo;
    - Controle de acesso físico e lógico às informações;
    - Prevenção de vazamento, cópia ou extravio.
- d) Segurança na troca de arquivos**
- I. **Recebimento dos Arquivos:**
    - Transferência exclusivamente por meio seguro: SFTP, HTTPS ou ambiente com criptografia;
    - Arquivos obrigatoriamente: Protegidos por senha, criptografados (ex.: AES-256 ou equivalente);
    - Senha enviada por canal distinto (ex.: telefone ou outro e-mail).
  - II. **Controle de acesso digital:**
    - Acesso restrito apenas a usuários autorizados;
    - Utilização de login individual e senhas fortes,
    - Registro de logs contendo: Data/hora, usuário e ações realizadas.
  - III. **Armazenamento:**
    - Armazenamento em ambiente seguro (servidor interno ou nuvem controlada);
    - Proibição de: Uso de dispositivos pessoais e cópias não autorizadas;
    - Backup controlado e protegido.
- e) Segurança das Áreas de Impressão**
- I. **Controle de acesso físico:**
    - Área de impressão segregada e controlada;
    - Acesso restrito a funcionários autorizados;
    - Registro de entrada e saída (manual ou eletrônico).
  - II. **Monitoramento:**
    - Sistema de vigilância (CFTV) nas áreas críticas: Impressão, Acabamento, separação e Expedição;
    - Armazenamento das imagens por, no mínimo, 30 dias.
  - III. **Restrição de Dispositivos:**
    - Proibição de entrada com: celulares, câmeras, dispositivos de armazenamento (pen drive, HD externo ou similares).
  - IV. **Controle de resíduos:**

- Todo material descartado (refugos, testes, provas rejeitadas) deverá ser triturado no local ou descartado sob supervisão;
- Proibido descarte comum sem inutilização.

**f) Controle do Processo Produtivo****I. Impressão**

- Produção em ambiente dedicado ou com segregação de lotes;
- Proibição de impressão excedente sem justificativa;
- Controle de tiragem com conferência quantitativa.

**II. Conferência**

- Conferência por amostragem controlada;
- Proibição de retenção de cópias após validação;

**III. Rastreabilidade**

- Identificação de lotes por: Código, Data e Operador responsável;
- Registro das etapas do processo.

**g) Separação e Empacotamento****I. Separação**

- Separação por: Unidade Regional, Escola, Sala/Turma (quando aplicável);
- Conferência dupla (duas pessoas ou sistema).

**II. Empacotamento**

- Embalagem em invólucros opacos e resistentes sem visualização do conteúdo (quando solicitado);
- Identificação externa contendo: Lote, Código do Produto, Ano/Série, Título, Quantidade por Pacote;

**h) Responsabilidade e Confidencialidade**

- Assinatura de Termo de Confidencialidade (NDA) por todos os envolvidos;
- Responsabilização da contratada por eventuais vazamentos;
- Comunicação imediata à contratante em caso de incidente.

**i) Auditoria e Fiscalização****I. A contratante poderá:**

- Realizar visitas técnicas sem aviso prévio;
- Solicitar evidências de controle (logs, imagens, registros);
- Auditar processos e instalações.

- j) Prazo de entrega:** Para casos específicos com entrega direcionada às UREs a contratante poderá estabelecer uma janela de 5 dias úteis para a realização das entregas, dentro do prazo de execução estabelecido no contrato.

**A03 - Padrões de Qualidade**

**A03.1** - Os materiais produzidos em linha de produção deverão observar rigorosamente os padrões de qualidade estabelecidos neste termo de referência, respeitando de forma fidedigna as características dos arquivos encaminhados, com especial atenção, entre outros aspectos, a:

- Padrão cromático** - Fidelidade às cores, tolerâncias de variação e controle de densidade;
- Registro de impressão** - Alinhamento correto entre cores, frente e verso;
- Sangria e área de segurança** - Sangramento mínimo exigido e preservação do conteúdo gráfico;
- Refile e esquadro** - Corte uniforme, preciso e dentro das medidas especificadas;
- Tipo e gramatura do papel** - Conformidade com a especificação técnica e homogeneidade do lote;
- Acabamentos** - Dobra, lombada, encadernação, verniz e cola conforme especificações;
- Ausência de defeitos visuais** - Manchas, riscos, fantasmas, falhas de impressão ou rebarbas;
- Padronização do lote** - Uniformidade entre exemplares e entre tiragens;
- Embalagem e acondicionamento** - Proteção adequada contra umidade, amassamento e avarias;



- j) **Rastreabilidade e identificação** - Controle de lote, data de produção e responsável técnico, quando aplicável.

**A03.2** - Ressaltamos que, durante o processo produtivo, poderão ser coletadas novas amostras para a realização de análises técnicas pelo IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas ou outro instituto similar.

#### **A04 - Embalagem**

**A04.1** - Para otimização da logística de armazenamento, separação e distribuição, os materiais deverão ser embalados em pacotes (shrink) e identificados por meio de etiquetas, em pacotes contendo múltiplos de 05 (cinco) exemplares, admitindo-se outro múltiplo que venha a se mostrar mais adequado, conforme orientação/avaliação da Contratante.

**A04.2** - Os pacotes deverão ser identificados com rótulo interno ou etiqueta contendo as seguintes informações:

- a) Código do item;
- b) Ciclo/Ano/Série;
- c) Título do material;
- d) Quantidade de exemplares;
- e) Identificação do Fornecedor.

**A04.3** - O material a ser utilizado nos pacotes, deverá ser do tipo filme plástico termoencolhível de 30 microns de polietileno e/ou poliolefínico, garantindo a resistência em uma eventual queda do pacote de uma altura de pelo menos 1 metro.

**A04.4** - Quando solicitado pela Contratante, especialmente nos casos de distribuição em que os materiais não sejam entregues diretamente em seu ponto final de utilização, os materiais, separados por ponto final de entrega, deverão ser acondicionados em caixas de papelão, observando-se o peso bruto máximo de 20 kg por volume. As embalagens deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) Material: papelão ondulado de alta resistência;
- b) Estrutura mínima:
  - I. parede dupla (onda dupla), ou
  - II. resistência equivalente compatível com o peso transportado;
- c) Capacidade estrutural suficiente para evitar:
  - I. amassamento;
  - II. deformação;
  - III. rompimento;
  - IV. colapso por empilhamento;
- d) As caixas deverão suportar empilhamento sem comprometimento do conteúdo;
- e) As caixas deverão conter etiquetas de identificação afixadas em local visível, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
  - I. Número da Guia de Remessa;
  - II. Unidade Regional/Código/Nome da Escola ou Município;
  - III. Nome do programa referente ao material;
  - IV. Numeração sequencial/número total de caixas.

#### **A05 - Prazos de Execução**

**A05.1** - O prazo de impressão e entrega dos materiais de cada Contrato será de até 25 (vinte e cinco) dias úteis, contados a partir da data da 1ª aprovação das amostras analisadas através da apresentação dos resultados das análises parte da contratante feita via e-mail. O prazo para realização de ajustes nas amostras, decorrentes de inconformidades apontadas pela Contratante, não será acrescido ao prazo estabelecido. Os demais prazos de execução estão detalhados no Adendo B.

**ADENDO B – DETALHAMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**B01** - A execução do objeto deverá seguir os prazos e etapas conforme a tabela abaixo e seus detalhamentos.

*Tabela 20 - Prazos e etapas de execução do objeto*

Etapas		Prazo
1	Assinatura do Contrato	Até 3 dias (úteis) após a convocação da contratante
2	Entrega das amostras de impressão	Até 3 dias (úteis) após o recebimento dos arquivos originais disponibilizados pela contratante
3	Ações corretivas, referente ao resultado obtido das amostras (se for o caso)	Até 3 dias (úteis) após o recebimento de relatório emitido pela contratante (prazo não adicionado ao prazo de execução).
4	Elaboração de cronograma de entrega	Até 5 dias (úteis) após a entrega da planilha de distribuição
5	Impressão / Armazenagem / Separação / Transporte/Entrega	Até 25 dias (úteis) após a aprovação das provas de impressão
6	Comprovação de entrega	Até 5 dias (úteis) após a finalização das entregas de cada unidade regional de ensino (disponibilização das GRs protocoladas em nuvem ou via email).
7	Faturamento/Pagamento	30 dias após o ateste dos comprovantes de entrega correspondentes às notas fiscais

**B01.1 - ETAPA 1: Assinatura do Contrato:** O Contrato deverá ser assinado em até 3 (três) dias úteis da data da convocação pela Contratante, preferencialmente por meio eletrônico conforme estabelecido pelo **Decreto nº 66.509/2022**, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, a seu critério. Após a assinatura, será dada publicidade ao ato mediante publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado, conforme diretrizes contidas no **Decreto nº 61.476/2015**.

**B01.2 - ETAPA 2: Entrega das amostras de impressão**

- a) As provas das impressões dos materiais (bonecos), 3 exemplares por item, deverão ser encaminhadas para análise e aprovação/validação na FDE/DPED, situada à Av. São Luis, 99 – 2º andar – República (2 exemplares, sendo 1 exemplar de cada devolvido ao fornecedor após as análises) e na SEDUC/SUPED/DIMAD, situada à Praça da República, 53, sala 138, República (1 exemplar).
- b) **Amostra dos livros (análise estrutural):** A contratada deverá apresentar, para análise e aprovação da contratante:
  - I. 03 (três) exemplares físicos completos de cada título, totalmente acabado, encadernado e refilado, produzido com os mesmos materiais, insumos e previstos para a produção definitiva;
  - II. A amostra deverá possibilitar a verificação da conformidade quanto a:
    - dimensões e formato final;
    - composição e montagem do miolo;
    - qualidade da encadernação e da lombada;
    - alinhamento entre capa e miolo;
    - gramatura e especificação dos papéis;
    - acabamento da capa;
    - qualidade do refilo, vinco, colagem e/ou costura;
    - resistência estrutural e funcionalidade do exemplar.

- c) **Prova de cor (análise visual):** A contratada deverá apresentar prova de cor digital calibrada para validação prévia da contratante, contemplando:
- I. Capa completa;
  - II. Páginas do miolo por amostragem correspondente a aproximadamente 10% do total de páginas de cada livro, priorizando páginas com imagens, elementos gráficos, fundos coloridos e variações cromáticas relevantes;
  - III. A prova de cor será utilizada para verificação de:
    - fidelidade cromática em relação aos arquivos originais;
    - definição de imagens e textos;
    - aplicação do verniz da capa;
    - contraste e legibilidade;
    - uniformidade de impressão.
- d) As provas das impressões (bonecos) serão analisadas e aprovadas, mediante relatório e ou laudo técnico, pelas respectivas Equipes Técnicas dos Centros da Contratante.

**B01.3 - ETAPA 3: Ações corretivas, referente ao resultado obtido das amostras (se for o caso):** Caso alguma prova de impressão (boneco) seja reprovada pela Contratante, a Contratada deverá proceder as devidas correções em conjunto com a Contratante e reapresentá-la em até 3 dias úteis, não comprometendo o prazo contratual que passa a vigorar na data do resultado da 1ª análise.

#### **B01.4 - ETAPA 4: Elaboração de cronograma de entrega**

- a) Em até 5 dias úteis após a entrega ou disponibilização da planilha de distribuição, a Contratada deverá elaborar cronograma de entrega por unidade regional de ensino (através do preenchimento da planilha enviada pela contratante), onde deverão constar as datas com as previsões de início e fim das entregas para as escolas de cada diretoria de ensino, a distância entre as datas (inicial e final de cada unidade regional) não poderá ser superior a 5 dias úteis;
- b) Os Cronogramas de Distribuição poderão sofrer alterações de acordo com a necessidade da Contratante, e tais alterações serão informadas com antecedência à Contratada.

**B01.5 - ETAPA 5: Impressão / Armazenagem / Separação / Transporte/Entrega:** As aquisições serão estabelecidas através da emissão do Contrato, onde serão indicadas as localidades, os itens e quantitativos para entrega. O prazo de impressão e entrega dos materiais de cada Contrato será de até 25 (vinte e cinco) dias úteis, contados a partir da data da apresentação dos resultados das análises das amostras por parte da contratante feita via e-mail.

##### **B01.5.1 - Detalhamento dos serviços de logística de distribuição e entrega**

- a) Os materiais didáticos impressos deverão ser distribuídos/entregues, observando-se a boa prática em processos logísticos (tais como segurança, racionalidade, qualidade, cordialidade/urbanidade e celeridade), em entrega única por endereço, conforme os respectivos endereços e quantitativos que constarão na planilha de distribuição que será fornecido pela Contratante;
- b) A Contratada deverá providenciar o prévio agendamento das entregas junto às respectivas Escolas/Unidade Regional de Ensino e Municípios conveniados, ou orientar seu operador logístico contratado a proceder de igual maneira, devendo ainda informar de imediato eventuais dificuldades que impossibilitem a entrega no prazo agendado, devendo realizar, nessas ocasiões, o reagendamento imediato da respectiva entrega;
- c) Os serviços de logística de distribuição e entrega contemplam:
  - I. **Armazenagem:** Os materiais após produzidos deverão ser armazenados em condições adequadas à preservação de sua integridade física e qualidade, devendo ser adotadas medidas de proteção contra umidade, poeira, amassamento e quaisquer outros fatores que possam comprometer suas condições até o momento da distribuição, mantendo as características estabelecidas nas especificações técnicas;

- II. **Separação:** Após o recebimento da planilha de distribuição, da produção e empacotamento dos livros, deverão ser aplicados os procedimentos:
- Separação dos livros por destino ou região, observando rigorosamente os quantitativos e títulos indicados na planilha de distribuição;
  - Quando da utilização de caixas de papelão as mesmas deverão ser identificadas conforme o item embalagens das especificações técnicas;
  - Realização de conferência e controle de qualidade durante e após a separação, visando assegurar a conformidade dos quantitativos, a correta identificação dos volumes e a integridade física dos materiais;
  - Organização e disponibilização dos materiais segregados em área apropriada para expedição e posterior carregamento/transporte, mantendo as condições adequadas de armazenamento e preservação até a coleta.
- III. **Transporte/Entrega:**
- Todas as entregas dos materiais didáticos impressos deverão ocorrer conforme os Cronogramas de Distribuição aprovados pela Contratante;
  - Todas as entregas deverão ser agendadas junto às respectivas Escolas/Unidades Regionais de Ensino e Municípios conveniados, cujos contatos serão repassados pela Contratante;
  - Para assegurar a adequada proteção e conservação dos materiais, de modo a evitar danos decorrentes de intempéries climáticas e demais agentes externos, não será permitida a utilização de veículos com carroceria aberta, ainda que cobertos por lonas, para a execução do transporte. Os veículos deverão estar em boas condições de manutenção e com toda documentação exigida por lei;
  - Os motoristas/entregadores deverão manter conduta profissional e comportamento compatível com o ambiente escolar durante as entregas, especialmente no trato com os agentes escolares. O descumprimento desta exigência deverá acarretar a imediata substituição/exclusão do colaborador das atividades vinculadas ao contrato;
  - Todo e qualquer incidente ocorrido durante a execução das entregas, incluindo danos a muros, portões, veículos, instalações dos locais de entrega, bem como furtos ou quaisquer outros prejuízos causados por seus prepostos, será de total e exclusiva responsabilidade da Contratada, cabendo-lhe promover o imediato ressarcimento dos danos ocasionados;
  - A entrega dos materiais deverá contemplar todas as Unidades Regionais de Ensino, Unidades Escolares da rede estadual e Municípios conveniados conforme a planilha de distribuição, observando rigorosamente os prazos estabelecidos e assegurando a rastreabilidade integral das entregas;
  - O horário de entrega nas unidades receptoras será das 09h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, podendo ser alterado a qualquer tempo pela Contratante, de acordo com a sua conveniência;
  - Cada unidade receptora deverá receber, em entrega única, a totalidade dos quantitativos de materiais didáticos impressos previstos na planilha de distribuição, sendo vedado o parcelamento das entregas;
  - Não serão aceitos comprovantes de entrega contendo carimbo e assinatura de local diverso do indicado na respectiva Guia de Remessa, salvo mediante autorização prévia da Contratante. As entregas realizadas em desacordo com o local indicado na GR deverão ser imediatamente regularizadas pela Contratada após sua identificação;
  - A Contratada deverá realizar, às suas expensas, a reposição de todas as faltas apontadas pelas Escolas, Unidades Regionais de Ensino ou Municípios, comunicadas por meio dos apontamentos nas Guias de Remessa, e-mail ou telefone. O prazo de 5 (cinco) dias previsto nas Guias de Remessa para manifestação de ocorrências não poderá ser utilizado como limitador para o atendimento e regularização das pendências pela Contratada;
  - O planejamento logístico do transporte deverá priorizar a otimização das rotas, visando maior eficiência operacional, racionalização dos deslocamentos e minimização dos impactos ambientais.

**IV. Sistema On-Line de acompanhamento de entregas**

- A Contratada deverá disponibilizar sistema on-line para acompanhamento da expedição e das entregas, mediante fornecimento de login e senha aos usuários indicados pela Contratante, contendo, no mínimo, as seguintes funcionalidades e características:
  - ✓ Sistema único independentemente do número de operadores logísticos;
  - ✓ Deverá ser administrado pela Contratada;
  - ✓ Login e senha para acesso restrito aos envolvidos no processo e identificados pela Contratante;
- O sistema deverá apresentar de forma clara e intuitiva, separado por distribuição:
  - ✓ Cronograma de entregas por Unidade Regional de Ensino;
  - ✓ Painel com visualização por gráficos do status da distribuição por região (Capital, Grande São Paulo e Interior);
  - ✓ Consulta de status de entrega por Unidade Regional de Ensino contando total de escolas e de materiais entregues com percentual, consulta exportável para planilha eletrônica;
  - ✓ Consulta de status de entrega por escola constando as seguintes colunas: Número da GR, Código da Escola, Nome da Escola, Data do Agendamento, Data de Expedição e Data de Entrega, consulta exportável para planilha eletrônica;
  - ✓ Link com disponibilização das GRs protocoladas com opção de download agrupado por unidade regional em formato “pdf”.
- Na impossibilidade de disponibilização de sistema on-line, a Contratada deverá informar o status das entregas por meio da planilha de distribuição encaminhada ou disponibilizada pela Contratante, mediante preenchimento da aba “Expedição e Entrega”, observando:
  - ✓ coluna “DATA EXPEDIÇÃO” (K): informar a data de saída dos materiais do operador logístico para entrega;
  - ✓ coluna “DATA ENTREGA” (L): informar a data da efetivação da entrega no local indicado na Guia de Remessa.
- As informações deverão ser:
  - ✓ atualizadas diariamente ao final do expediente;
  - ✓ registradas diretamente em planilha on-line, quando disponibilizada pela Contratante; ou
  - ✓ encaminhadas diariamente por e-mail.

**V. Materiais excedentes (sobra de impressão)**

- A Contratada deverá informar à Contratante, sempre que houver, os quantitativos excedentes (sobras de impressão) por título. Os materiais excedentes poderão ser doados à Contratante, sem ônus, ou, não sendo possível a doação ou em caso de não aceite, deverão ser descartados pela Contratada de forma ambientalmente adequada, mediante acompanhamento da Contratante;
- Os materiais produzidos no âmbito do contrato destinam-se exclusivamente à utilização pela Contratante, sendo vedada qualquer forma de comercialização, distribuição ou utilização não autorizada. O descumprimento desta disposição será considerado infração grave, em razão dos direitos autorais envolvidos e da vedação de comercialização dos materiais.

**B01.6 - ETAPA 6: Comprovação de entrega**

- a) Em até 5 dias úteis após a finalização das entregas referentes ao total de escolas de cada unidade regional de ensino a Contratada deverá disponibilizar as GRs devidamente protocoladas, da seguinte forma:
  - I. Escaneada em formato “pdf” em sua integralidade em boa qualidade de legibilidade, de forma que se possa identificar claramente as informações:
    - Número da Guia de Remessa;

- Itens e quantitativos;
  - Identificação do recebedor, por carimbo ou preenchimento por escrito de forma legível do nome e número do RG ou CPF;
  - Local da entrega, exclusivamente por carimbo da instituição;
  - Data da entrega, por preenchimento por escrito ou carimbo.
- II. Não serão aceitas como comprovante de entrega GRs cortadas, borradas, em foto de forma que não se possa identificar os itens descritos no item I ou que tenham sofrido qualquer tipo de alteração em seu conteúdo ou layout original;
- III. As GRs devem ser disponibilizadas da seguinte forma:
- Nomeadas individualmente pelo número da GR;
  - Agrupadas em pastas por Unidade Regional de Ensino;
  - Via sistema on-line; nuvem (One Drive, Google Drive ou similar) ou por e-mail.
  - De forma integral (contendo todas as GRs) por Unidade Regional de Ensino.

### **B01.7 - ETAPA 7: Faturamento/Pagamento**

- a) Os faturamentos deverão ser realizados por conjuntos de unidades regionais completas (entre 5 e 10), ou seja, unidades regionais em que todas as entregas tenham sido concluídas, os respectivos comprovantes tenham sido disponibilizados e todas as ocorrências relacionadas a problemas de entrega tenham sido solucionadas;
- b) O prazo de pagamento é de 30 dias após o ateste dos comprovantes de entrega correspondentes às notas fiscais.

#### **B01.7.1 - Critérios para o Cálculo de Valor Unitário por livro/título:**

- a) Para fins de composição de custos e formação do preço unitário dos livros, será adotada como unidade técnica de referência o caderno tipográfico de 16 (dezesesseis) páginas.
- b) O quantitativo de cadernos tipográficos correspondente ao miolo da obra será obtido pela divisão do número total de páginas internas do livro por 16 (dezesesseis).
- c) Para fins exclusivos de equalização e composição do custo da capa, convencionou-se que cada capa corresponderá ao equivalente a 01 (um) caderno tipográfico de 16 (dezesesseis) páginas, independentemente do número efetivo de páginas da capa e seus elementos acessórios.
- d) Dessa forma, o cálculo da quantidade total de cadernos tipográficos por livro considerados para precificação será dado pela seguinte fórmula:

$$CT = (P / 16) + 1$$

Onde:

- I. **CT** = quantidade total de cadernos tipográficos considerados para precificação;
- II. **P** = número total de páginas do miolo da obra;
- III. **+1** = equivalente técnico referente ao custo da capa.

Exemplo de aplicação, considerando um livro com o miolo de 208 páginas:

$$CT: (208 / 16) + 1 = 14, \text{ temos:}$$

- I. 13 (treze) cadernos tipográficos referentes ao miolo;
- II. 1 (um) caderno tipográfico equivalente ao custo da capa;

Logo, o valor do exemplar deverá ser calculado considerando o equivalente a 14 (quatorze) cadernos tipográficos de 16 páginas multiplicado pelo valor unitário de cada caderno tipográfico registrado.



ADENDO C - PROPOSTA COMERCIAL

**À FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FDE**

Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de **SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, NÃO CONTÍNUOS, DE PRODUÇÃO E LOGÍSTICA DE MATERIAIS DIDÁTICOS DO CURRÍCULO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, ABRANGENDO IMPRESSÃO, ACABAMENTO, MIXAGEM/SEPARAÇÃO, EMBALAGEM, TRANSPORTE E ENTREGA, COM FORNECIMENTO DE APOSTILAS PRONTAS PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES.** Os materiais destinam-se aos estudantes e professores do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede estadual de ensino e dos municípios conveniados, conforme quantitativos, condições e exigências estabelecidos neste Termo de Referência de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

*Tabela 21 - Proposta comercial: Lote 01 - Ensino Médio*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 1	10049	Unidade	495.000.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 3	10049	Unidade	57.000.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAIS</b>				<b>552.000.000</b>		<b>R\$ 0,00</b>

*Tabela 22 - Proposta comercial: Lote 01 - Pequenas Tiragens*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 1	10049	Unidade	37.000.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 2	10049	Unidade	1.000.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAIS</b>				<b>38.000.000</b>		<b>R\$ 0,00</b>

*Tabela 23 - Proposta comercial: Lote 02 - Ensino Fundamental I*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 1	10049	Unidade	450.000.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAIS</b>				<b>450.000.000</b>		<b>R\$ 0,00</b>

*Tabela 24 - Proposta comercial: Lote 03 - Ensino Fundamental II*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Caderno Tipográfico de 16 páginas - Especificação 1	10049	Unidade	710.000.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAIS</b>				<b>710.000.000</b>		<b>R\$ 0,00</b>

Tabela 25 - Proposta comercial: **Lote 04** - Provas/Avaliações

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Produção e Impressão - Até 2 Páginas - Especificação 4	10049	Unidade	6.000.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	Serviço de Produção e Impressão - Até 8 Páginas - Especificação 4	10049	Unidade	5.000.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	Serviço de Produção e Impressão - Até 16 Páginas - Especificação 4	10049	Unidade	28.000.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAIS</b>				<b>39.000.000</b>		<b>R\$ 0,00</b>

A proposta será elaborada mediante planilha de preços unitários e totais, conforme o modelo do Anexo, preenchida em todos os itens, com seus respectivos preços unitários e global, grafados em moeda corrente nacional com no máximo duas casas decimais.

Não serão aceitas propostas com quantitativos inferiores as previstas na proposta comercial e no respectivo Edital, de acordo com o **artigo 82, IV da Lei nº 14.133/2021**.

**Declaramos que a validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias.**

Empresa: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ Inscrição Estadual: \_\_\_\_\_

Contato/Representante: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante

## ADENDO D - LOCAIS DE ENTREGA

**D01** - Constituem locais de entrega todas as Escolas da rede de ensino do Estado de São Paulo, Unidades Regionais de Ensino e Municípios conveniados, no âmbito do Estado de São Paulo.

**D02** - Abaixo seguem os endereços das unidades regionais com as respectivas quantidade de escolas e a abrangência dos municípios atendidos. Os dados poderão sofrer alterações/atualizações até o momento da contratação.

Tabela 26 - Lista de Unidades Regionais - Capital / Grande SP

UNIDADE REGIONAL DE ENSINO	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO	NÚMERO DE ESCOLAS	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
<b>CENTRO</b>	AV. OLAVO FONTOURA, 2222	CASA VERDE	SÃO PAULO	69	SAO PAULO
<b>CENTRO OESTE</b>	AVENIDA RIO BRANCO, 1260	CAMPOS ELÍSEOS	SÃO PAULO	76	SAO PAULO
<b>CENTRO SUL</b>	RUA DOM ANTONIO GALVÃO, 95	VILA GUMERCINDO	SÃO PAULO	73	SAO PAULO
<b>LESTE 1</b>	RUA CAETANO DE CAMPOS, 220	TATUAPÉ	SÃO PAULO	86	SAO PAULO
<b>LESTE 2</b>	R. MOHAMAD IBRAIN SALEH, 979	SÃO MIGUEL PAULISTA	SÃO PAULO	91	SAO PAULO
<b>LESTE 3</b>	RUA ISABEL URBINA, 200	COHAB JOSÉ BONIFÁCIO	SÃO PAULO	86	SAO PAULO
<b>LESTE 4</b>	RUA DONA MATILDE, 35	VILA MATIDE	SÃO PAULO	75	SAO PAULO
<b>LESTE 5</b>	RUA CELSO DE AZEVEDO MARQUES, 502	PARQUE DA MOÓCA	SÃO PAULO	83	SAO PAULO
<b>NORTE 1</b>	RUA FAUSTOLO, 281	ÁGUA BRANCA	SÃO PAULO	100	SAO PAULO
<b>NORTE 2</b>	RUA PLÍNIO PASQUI, 217	PARADA INGLESA	SÃO PAULO	69	SAO PAULO
<b>SUL 1</b>	RUA PENSILVANIA, 115	BROOKLIN	SÃO PAULO	88	SAO PAULO
<b>SUL 2</b>	RUA ANTONIO COMPARATO, 60	CAMPO BELO	SÃO PAULO	95	SAO PAULO
<b>SUL 3</b>	AV. ALCINDO FERREIRA, 04	JD. CRUZEIRO / CIDADE DUTRA	SÃO PAULO	106	SAO PAULO
<b>CAIEIRAS</b>	AV. PROF CARVALHO PINTO, 159	CENTRO	CAIEIRAS	76	CAIEIRAS CAJAMAR FRANCISCO MORATO FRANCO DA ROCHA MAIRIPORA
<b>CARAPICUIBA</b>	RUA BOM JESUS DO AMPARO, 02	COHAB 5	CARAPICUIBA	88	CARAPICUIBA COTIA
<b>DIADEMA</b>	RUA CRISTOVÃO JAQUES, 113	VILA NOGUEIRA	DIADEMA	61	DIADEMA
<b>GUARULHOS NORTE</b>	RUA CRISTOBAL CLAUDIO ELILLO, 278	PARQUE CECAP	GUARULHOS	92	GUARULHOS
<b>GUARULHOS SUL</b>	AV. EMÍLIO RIBAS, 998	VILA TIJUCO	GUARULHOS	88	GUARULHOS
<b>ITAPECERICA DA SERRA</b>	AV. 15 DE NOVEMBRO, 1668	CENTRO	ITAPECERICA DA SERRA	64	EMBU-GUACU ITAPECERICA DA SERRA JUQUITIBA SAO LOURENCO DA SERRA
<b>ITAPEVI</b>	AV. PRESIDENTE VARGAS, 974	VILA NOVA ITAPEVI	ITAPEVI	61	BARUERI ITAPEVI JANDIRA PIRAPORA DO BOM JESUS
<b>ITAQUAQUECETUBA</b>	RUA JUNDIAI, 84	MONTE BELO	ITAQUAQUECETUBA	64	ITAQUAQUECETUBA POA
<b>MAUA</b>	RUA ALVERES MACHADO, 194	VILA BOCAINA	MAUA	105	MAUA RIBEIRAO PIRES RIO GRANDE DA SERRA
<b>MOGI DAS CRUZES</b>	RUA DR ANTONIO CANDIDO VIEIRA, 451	CENTRO	MOGI DAS CRUZES	68	BIRITIBA-MIRIM MOGI DAS CRUZES SALESOPOLIS
<b>OSASCO</b>	RUA GERALDO MORAN, 271	JD UMUARAMA	OSASCO	54	OSASCO
<b>SANTO ANDRE</b>	RUA DAS FIGUEIRAS, 1245	JARDIM	SANTO ANDRE	73	SANTO ANDRE
<b>SAO BERNARDO DO CAMPO</b>	RUA PRINCESA MARIA DA GLORIA, 176	NOVA PETROPOLIS	SAO BERNARDO DO CAMPO	82	SAO BERNARDO DO CAMPO SAO CAETANO DO SUL

SUZANO	AV. MOGI DAS CRUZES, 175	JD IMPERADOR	SUZANO	63	FERRAZ DE VASCONCELOS SUZANO
TABOAO DA SERRA	RUA JOÃO SLAVIERO, 56	JARDIM DA GLÓRIA	TABOAO DA SERRA	73	EMBU DAS ARTES TABOAO DA SERRA

**Fonte:** Matrícula Inicial da Educação Básica do Estado de São Paulo (MIEST 03/2026)

Tabela 27 - - Lista de Unidades Regionais - Interior

UNIDADE REGIONAL DE ENSINO	ENDEREÇO	BAIRRO	MUNICÍPIO	NÚMERO DE ESCOLAS	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
ADAMANTINA	AL. BRÁULIO MOLINA FRIAS, 120	VILA CECMA	ADAMANTINA	49	ADAMANTINA DRACENA FLORA RICA FLORIDA PAULISTA INUBIA PAULISTA IRAPURU JUNQUEIROPOLIS LUCÉLIA MARIAPOLIS MONTE CASTELO NOVA GUATAPORANGA OSVALDO CRUZ OURO VERDE PACAEMBU PANORAMA PAULICEIA PRACINHA SAGRES SALMOURAO SANTA MERCEDES SAO JOAO DO PAU D'ALHO TUPI PAULISTA
AMERICANA	RUA DUQUE DE CAXIAS, 600	STA CATARINA	AMERICANA	81	AMERICANA NOVA ODESSA SANTA BARBARA D'OESTE
ANDRADINA	RUA REGENTE FEIJO, 2160	VILA MINEIRA	ANDRADINA	32	ANDRADINA CASTILHO GUARACAI ILHA SOLTEIRA ITAPURA LAVINIA MIRANDOPOLIS MURUTINGA DO SUL NOVA INDEPENDENCIA PEREIRA BARRETO SUD MENNUCCI
APIAI	RUA MAJOR FRANCISCO RIOS CARNEIRO, 96	CENTRO	APIAI	36	APIAI BARRA DO CHAPEU GUAPIARA IPORANGA ITAOCA ITAPIRAPUA PAULISTA RIBEIRA RIBEIRAO BRANCO
ARACATUBA	RUA ANTÔNIO JOÃO, 130	JARDIM BANDEIRANTES	ARACATUBA	39	ARACATUBA BENTO DE ABREU GUARARAPES RUBIACEA SANTO ANTONIO DO ARACANGUA VALPARAISO
ARARAQUARA	RUA GONÇALVES DIAS, 291	CENTRO	ARARAQUARA	64	AMERICO BRASILIENSE ARARAQUARA BOA ESPERANCA DO SUL GAVIAO PEIXOTO MATAO MOTUCA NOVA EUROPA RINCAO SANTA LUCIA TRABIJU
ASSIS	RUA PADRE GUSMÕES, 828	VILA SANTA CECÍLIA	ASSIS	45	ASSIS BORA CANDIDO MOTA CRUZALIA

					FLORINEA IEPE LUTECIA MARACAI NANTES PALMITAL PARAGUACU PAULISTA PEDRINHAS PAULISTA PLATINA TARUMA
AVARE	RUA PREF. MISAEL EUFRÁSIO LEAL, 857	CENTRO	AVARE	39	ÁGUAS DE SANTA BARBARA ARANDU AVARE CERQUEIRA CESAR IARAS ITAI TAQUARITUBA
BARRETOS	AV. CORONEL SILVESTRE LIMA, 475	NOGUEIRA	BARRETOS	33	ALTAIR BARRETOS COLINA COLOMBIA GUAIRA GUARACI JABORANDI OLIMPIA SEVERINIA
BAURU	RUA CAMPOS SALLES, 43	VILA FALCÃO	BAURU	97	AGUDOS AREALVA AVAI BALBINOS BAURU CABRALIA PAULISTA DUARTINA IACANGA LENCOIS PAULISTA LUCIANOPOLIS PAULISTANIA PIRAJUI PIRATININGA PRESIDENTE ALVES REGINOPOLIS UBIRAJARA
BIRIGUI	AV. SÃO FRANCISCO, 433	JARDIM PÉROLA	BIRIGUI	24	BILAC BIRIGUI BREJO ALEGRE BURITAMA COROADOS GABRIEL MONTEIRO GLICERIO LOURDES PIACATU TURIUBA
BOTUCATU	PÇA. DA BANDEIRA, S/N	CENTRO	BOTUCATU	42	ANHEMBI AREIOPOLIS BOFETE BOTUCATU CESARIO LANGE CONCHAS ITATINGA LARANJAL PAULISTA PARDINHO PEREIRAS PORANGABA PRATANIA QUADRA SAO MANUEL TORRE DE PEDRA
BRAGANCA PAULISTA	AV. JOSÉ GOMES ROCHA LEAL, 1757	CENTRO	BRAGANCA PAULISTA	69	ATIBAIA BOM JESUS DOS PERDOES BRAGANCA PAULISTA JOANOPOLIS MORUNGABA NAZARE PAULISTA PEDRA BELA PINHALZINHO PIRACAIA SOCORRO

					TUIUTI VARGEM
<b>CAMPINAS LESTE</b>	RUA RAFAEL SAMPAIO, 485	VILA ROSSI	CAMPINAS	83	CAMPINAS JAGUARIUNA
<b>CAMPINAS OESTE</b>	RUA CÂNDIDO MOTA, 186	FUND. CASA POPULAR	CAMPINAS	105	VALINHOS VINHEDO
<b>CAPIVARI</b>	RUA REGENTE FEIJÓ, 773	CENTRO	CAPIVARI	42	CAPIVARI ELIAS FAUSTO INDAIATUBA MOMBUCA MONTE MOR RAFARD RIO DAS PEDRAS
<b>CARAGUATATUBA</b>	AV. ALAGOAS, 539	INDAIÁ	CARAGUATATUBA	42	CARAGUATATUBA ILHABELA SAO SEBASTIAO UBATUBA
<b>CATANDUVA</b>	RUA RECIFE, 1113	CENTRO	CATANDUVA	28	ARIRANHA CAJOBI CATANDUVA CATIGUA ELISIARIO EMBAUBA ITAJOBI MARAPOAMA NOVAIS NOVO HORIZONTE PALMARES PAULISTA PARAISO PINDORAMA SANTA ADELIA TABAPUA
<b>FERNANDOPOLIS</b>	RUA AMAPÁ, 933	JD. AMÉRICA	FERNANDOPOLIS	25	ESTRELA D'OESTE FERNANDOPOLIS GENERAL SALGADO GUARANI D'OESTE INDIAPORA MACEDONIA MAGDA MERIDIANO MIRA ESTRELA OUROESTE PEDRANOPOLIS POPULINA SAO JOAO DAS DUAS PONTES SAO JOAO DE IRACEMA TURMALINA
<b>FRANCA</b>	RUA BENEDITO MANIGLIA, 200	VILA CHICO JÚLIO	FRANCA	71	CRISTAIS PAULISTA FRANCA ITIRAPUA JERIQUEIRA PATROCINIO PAULISTA PEDREGULHO RESTINGA RIBEIRAO CORRENTE RIFAINA SAO JOSE DA BELA VISTA
<b>GUARATINGUETA</b>	PRAÇA CONSELHEIRO RODRIGUES ALVES, 27	CENTRO	GUARATINGUETA	62	APARECIDA ARAPEI AREIAS BANANAL CACHOEIRA PAULISTA CANAS CRUZEIRO CUNHA GUARATINGUETA LAVRINHAS LORENA PIQUETE POTIM QUELUZ ROSEIRA SAO JOSE DO BARREIRO SILVEIRAS
<b>ITAPETININGA</b>	RUA SÃO MARCOS, 100	JARDIM PAULISTA	ITAPETININGA	59	ALAMBARI ANGATUBA CAMPINA DO MONTE ALEGRE



					GUAREI ITAPETININGA PARANAPANEMA SAO MIGUEL ARCANJO SARAPUI TATUI
ITAPEVA	RUA TORQUARTO RAIMUNDO, 96	JARDIM FERRARI	ITAPEVA	22	BURI CAPO BONITO ITAPEVA NOVA CAMPINA RIBEIRAO GRANDE TAQUARIVAI
ITARARE	RUA DR. RUBENS LOBO RIBEIRO, 310	BAIRRO DO CRUZEIRO	ITARARE	30	BARAO DE ANTONINA BOM SUCESSO DE ITARARE CORONEL MACEDO ITABERA ITAPORANGA ITARARE RIVERSUL
ITU	PÇA. ALMEIDA JUNIOR, 10	VILA NOVA	ITU	56	BOITUVA CABREUVA CERQUILHO IPERO ITU JUMIRIM PORTO FELIZ SALTO TIETE
JABOTICABAL	PÇA. DR. JOAQUIM BATISTA, 204	CENTRO	JABOTICABAL	31	BEBEDOURO GUARIBA GUATAPARA JABOTICABAL MONTE ALTO MONTE AZUL PAULISTA PRADOPOLIS TAIACU TAIUVA TAQUARAL
JACAREI	RUA SANTA ROSA, 51	CENTRO	JACAREI	61	ARUJA GUARAREMA IGARATA JACAREI SANTA BRANCA SANTA ISABEL
JALES	RUA OITO, 2315	CENTRO	JALES	33	APARECIDA D'OESTE ASPASIA AURIFLAMA DIRCE REIS DOLCINOPOLIS GUZOLANDIA JALES MARINOPOLIS MESOPOLIS NOVA CANAA PAULISTA PALMEIRA D'OESTE PARANAPUA PONTALINDA RUBINEIA SANTA ALBERTINA SANTA CLARA D OESTE SANTA FE DO SUL SANTA RITA D OESTE SANTA SALETE SANTANA DA PONTE PENSA SAO FRANCISCO SUZANAPOLIS TRES FRONTEIRAS URANIA VITORIA BRASIL
JAU	RUA TENENTE LOPES, 633	CENTRO	JAU	55	BARIRI BARRA BONITA BOCAINA BORACEIA BOREBI BROTAS DOIS CORREGOS IGARACU DO TIETE ITAJU

					ITAPUI JAU MACATUBA MINEIROS DO TIETE PEDERNEIRAS TORRINHA
JOSE BONIFACIO	AVENIDA ADEMAR DE BARROS, 356	CENTRO	JOSE BONIFACIO	31	ADOLFO BALSAMO IRAPUA JACI JOSE BONIFACIO MENDONCA MIRASSOL MONTE APRAZIVEL NEVES PAULISTA NIPOA NOVA ALIANCA PLANALTO POLONI SALES TANABI UBARANA UNIAO PAULISTA URUPES ZACARIAS
JUNDIAI	AV. NOVE DE JULHO, 1300	CHÁCARA URBANA	JUNDIAI	74	CAMPO LIMPO PAULISTA ITATIBA ITUPEVA JARINU JUNDIAI LOUVEIRA VARZEA PAULISTA
LIMEIRA	RUA CESARINO FERREIRA, 145	VILA PIZA	LIMEIRA	79	ARTUR NOGUEIRA CORDEIROPOLIS COSMOPOLIS ENGENHEIRO COELHO IPEUNA IRACEMAPOLIS LIMEIRA RIO CLARO SANTA GERTRUDES
LINS	RUA LUIZ GAMA, 681	CENTRO	LINS	43	CAFELANDIA GETULINA GUAICARA GUAIMBE GUARANTA LINS PONGAI PROMISSAO SABINO URU
MARILIA	AV. PEDRO DE TOLEDO, 542	CENTRO	MARILIA	67	ALVARO DE CARVALHO ALVINLANDIA ECHAPORA FERNAO GALIA GARCA JULIO MESQUITA LUPERCIO MARILIA OCAUCU ORIENTE OSCAR BRESSANE POMPEIA VERA CRUZ
MIRACATU	AV. DONA EVARISTA CASTRO FERREIRA, S/N	CENTRO	MIRACATU	39	IGUAPE ILHA COMPRIDA ITARIRI JUQUIA MIRACATU PEDRO DE TOLEDO
MIRANTE DO PARANAPANEMA	RUA AMÉLIA FUSSAE OKUBO, 1580	CENTRO	MIRANTE DO PARANAPANEMA	29	ESTRELA DO NORTE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA MIRANTE DO PARANAPANEMA NARANDIBA ROSANA SANDOVALINA

					TARABAI TEODORO SAMPAIO
<b>MOGI MIRIM</b>	AV. SANTO ANTÔNIO, 248	CENTRO	MOGI MIRIM	78	ÁGUAS DE LINDOIA AMPARO CONCHAL ESTIVA GERBI HOLAMBRA ITAPIRA LINDOIA MOGI GUACU MOGI MIRIM MONTE ALEGRE DO SUL PEDREIRA SANTO ANTONIO DE POSSE SERRA NEGRA
<b>OURINHOS</b>	RUA 9 DE JULHO, 528	CENTRO	OURINHOS	37	BERNARDINO DE CAMPOS CAMPOS NOVOS PAULISTA CANITAR CHAVANTES ESPÍRITO SANTO DO TURVO IBIRAREMA IPAUSU OURINHOS RIBEIRAO DO SUL SALTO GRANDE SANTA CRUZ DO RIO PARDO SAO PEDRO DO TURVO
<b>PENAPOLIS</b>	RUA ALVARO GOMES, 181 A	MONREAL	PENAPOLIS	21	ALTO ALEGRE AVANHANDAVA BARBOSA BRAUNA CLEMENTINA LUIZIANIA PENAPOLIS SANTOPOLIS DO AGUAPEI
<b>PINDAMONHANGABA</b>	RUA SOLDADO ROBERTO MARCONDES, 324	JARDIM ROSELY	PINDAMONHANGABA	47	CAMPOS DO JORDAO PINDAMONHANGABA SANTO ANTONIO DO PINHAL SAO BENTO DO SAPUCAI TREMEMBE
<b>PIRACICABA</b>	RUA JOÃO SAMPAIO, 666	SÃO DIMAS	PIRACICABA	75	ÁGUAS DE SAO PEDRO CHARQUEADA PIRACICABA SALTINHO SANTA MARIA DA SERRA SAO PEDRO
<b>PIRAJU</b>	PÇA. PROF PAULO HENRIQUE, 155	VILA SÃO JOSÉ	PIRAJU	18	FARTURA MANDURI OLEO PIRAJU SARUTAIA TAGUAI TEJUPA TIMBURI
<b>PIRASSUNUNGA</b>	AV. PRUDENTE DE MORAES, 2900	CENTRO	PIRASSUNUNGA	53	ANALANDIA ARARAS LEME PIRASSUNUNGA PORTO FERREIRA SANTA CRUZ DA CONCEICAO SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS SANTA RITA DO PASSA QUATRO
<b>PRESIDENTE PRUDENTE</b>	AV. MANOEL GOULART, 2109	CENTRO UNIVERSITÁRIO	PRESIDENTE PRUDENTE	47	ALFREDO MARCONDES ALVARES MACHADO ANHUMAS CAIABU INDIANA MARTINOPOLIS PIRAPOZINHO PRESIDENTE PRUDENTE

					REGENTE FEIJO SANTO EXPEDITO TACIBA
REGISTRO	RUA VITÓRIA, 465	JARDIM AMÉRICA	REGISTRO	52	BARRA DO TURVO CAJATI CANANEIA ELDORADO JACUPIRANGA PARIQUERA-ACU REGISTRO SETE BARRAS
RIBEIRAO PRETO	AV. 9 DE JULHO, 378	HIGIENÓPOLIS	RIBEIRAO PRETO	111	ALTINOPOLIS BATATAIS BRODOWSKI CAJURU CASSIA DOS COQUEIROS CRAVINHOS LUIS ANTONIO RIBEIRAO PRETO SANTA CRUZ DA ESPERANCA SANTA ROSA DE VITERBO SANTO ANTONIO DA ALEGRIA SAO SIMAO SERRA AZUL SERRANA
SANTO ANASTACIO	PCA. DR. LUIZ RAMOS E SILVA, 59	CENTRO	SANTO ANASTACIO	30	CAIUA EMILIANOPOLIS MARABA PAULISTA PIQUEROBI PRESIDENTE BERNARDES PRESIDENTE EPITACIO PRESIDENTE VENCESLAU RIBEIRAO DOS INDIOS SANTO ANASTACIO
SANTOS	RUA DR. GUEDES COELHO, 107	ENCRUZILHADA	SANTOS	77	BERTIOGA CUBATAO GUARUJA SANTOS
SAO CARLOS	RUA CONSELHEIRO JOAQUIM DELFINO, 180	JARDIM CENTENÁRIO	SAO CARLOS	50	CORUMBATAI DESCALVADO DOURADO IBATE ITIRAPINA RIBEIRAO BONITO SAO CARLOS
SAO JOAO DA BOA VISTA	RUA GETULIO VARGAS, 507-1 ANDAR	CENTRO	SAO JOAO DA BOA VISTA	76	AGUAI AGUAS DA PRATA CACONDE CASA BRANCA DIVINOLANDIA ESPIRITO SANTO DO PINHAL ITOBÍ MOCOCA SANTO ANTONIO DO JARDIM SAO JOAO DA BOA VISTA SAO JOSE DO RIO PARDO SAO SEBASTIAO DA GRAMA TAMBAU TAPIRATIBA VARGEM GRANDE DO SUL
SAO JOAQUIM DA BARRA	RUA SÃO PAULO, 1305	CENTRO	SAO JOAQUIM DA BARRA	20	ARAMINA BURITIZAL GUARA IGARAPAVA IPUA ITUVERAVA MIGUELOPOLIS MORRO AGUDO NUPORANGA

					ORLANDIA SALES OLIVEIRA SAO JOAQUIM DA BARRA
<b>SAO JOSE DO RIO PRETO</b>	RUA MAXIMIANO MENDES, 55	SANTA CRUZ	SAO JOSE DO RIO PRETO	56	BADY BASSITT CEDRAL GUAPIACU IBIRA ICEM IPIGUA MIRASSOLANDIA NOVA GRANADA ONDA VERDE ORINDIUA PALESTINA POTIRENDABA SAO JOSE DO RIO PRETO UCHOA
<b>SAO JOSE DOS CAMPOS</b>	RUA PORTO PRINCIPE, Nº 100	VILA RUBI	SAO JOSE DOS CAMPOS	62	MONTEIRO LOBATO SAO JOSE DOS CAMPOS
<b>SAO ROQUE</b>	AV. TIRADENTES, 148	CENTRO	SAO ROQUE	34	ALUMINIO ARACARIGUAMA IBIUNA MAIRINQUE SAO ROQUE VARGEM GRANDE PAULISTA
<b>SAO VICENTE</b>	RUA JOÃO RAMALHO, 378	CENTRO	SAO VICENTE	87	ITANHAEM MONGAGUA PERUIBE PRAIA GRANDE SAO VICENTE
<b>SERTAOZINHO</b>	RUA DR. PIO DUFLES, 865	JARDIM SOLJUMAR	SERTAOZINHO	31	BARRINHA DUMONT JARDINOPOLIS PITANGUEIRAS PONTAL SERTAOZINHO TERRA ROXA VIRADOURO
<b>SOROCABA</b>	RUA MANOEL GOMES DOS SANTOS NETO, 45	JARDIM PAGLIATO	SOROCABA	86	SOROCABA
<b>SUMARE</b>	RUA LUIZ JASÉ DUARTE, 333	JD CARLOS BASSO	SUMARE	71	HORTOLANDIA PAULINIA SUMARE
<b>TAQUARITINGA</b>	AV. HEITOR ALVES GOMES, 230	JARDIM BEATRIZ	TAQUARITINGA	38	BORBOREMA CANDIDO RODRIGUES DOBRADA FERNANDO PRESTES IBITINGA ITAPOLIS PIRANGI SANTA ERNESTINA TABATINGA TAQUARITINGA VISTA ALEGRE DO ALTO
<b>TAUBATE</b>	PCA. 8 DE MAIO, 28	CENTRO	TAUBATE	48	CACAPAVA JAMBEIRO LAGOINHA NATIVIDADE DA SERRA PARAIBUNA REDECAO DA SERRA SAO LUIZ DO PARAITINGA TAUBATE
<b>TUPA</b>	PRAÇA DA BANDEIRA, 900	CENTRO	TUPA	36	ARCO-IRIS BASTOS HERCULANDIA IACRI JOAO RAMALHO PARAPUA QUATA QUEIROZ QUINTANA RANCHARIA RINOPOLIS TUPA
<b>VOTORANTIM</b>	RUA SETE DE SETEMBRO, 311	PARQUE BELA VISTA	VOTORANTIM	44	ARACOIABA DA SERRA CAPELA DO ALTO

					PIEDADE PILAR DO SUL SALTO DE PIRAPORA TAPIRAÍ VOTORANTIM
VOTUPORANGA	RUA BRASÍLIA, 3.430	VALE DO SOL	VOTUPORANGA	33	ALVARES FLORENCE AMÉRICO DE CAMPOS CARDOSO COSMORAMA FLOREAL GASTÃO VIDIGAL MACAUBAL MONCOES NHANDEARA NOVA CASTILHO NOVA LUZITÂNIA PARISI PAULO DE FÁRIA PONTES GESTAL RIOLÂNDIA SEBASTIANÓPOLIS DO SUL VALENTIM GENTIL VOTUPORANGA

**Fonte:** Matrícula Inicial da Educação Básica do Estado de São Paulo (MIEST 03/2026)



## ADENDO E - DESIGNAÇÃO DE GESTORES (MODELO)

Assunto: **Designação de gestores**

A Diretoria de Projetos Especiais – DPE, através da sua Gerência de Equipamentos e Materiais Pedagógicos – GEMP, com fundamento no que dispõe a Lei Federal nº **14.133/2021** em seu **artigo 117**, resolve DESIGNAR para a função de gestores dos futuros contratos oriundos do processo em epígrafe, os seguintes servidores:

NOME	RG	CPF
ANDERSON AUGUSTO ROLFINI	28.165.225-9	280.204.258-02
CRISTIANO CEBRIAN SEGUER	28.906.298-6	276.101.138-40

São Paulo, na data da assinatura digital.

---

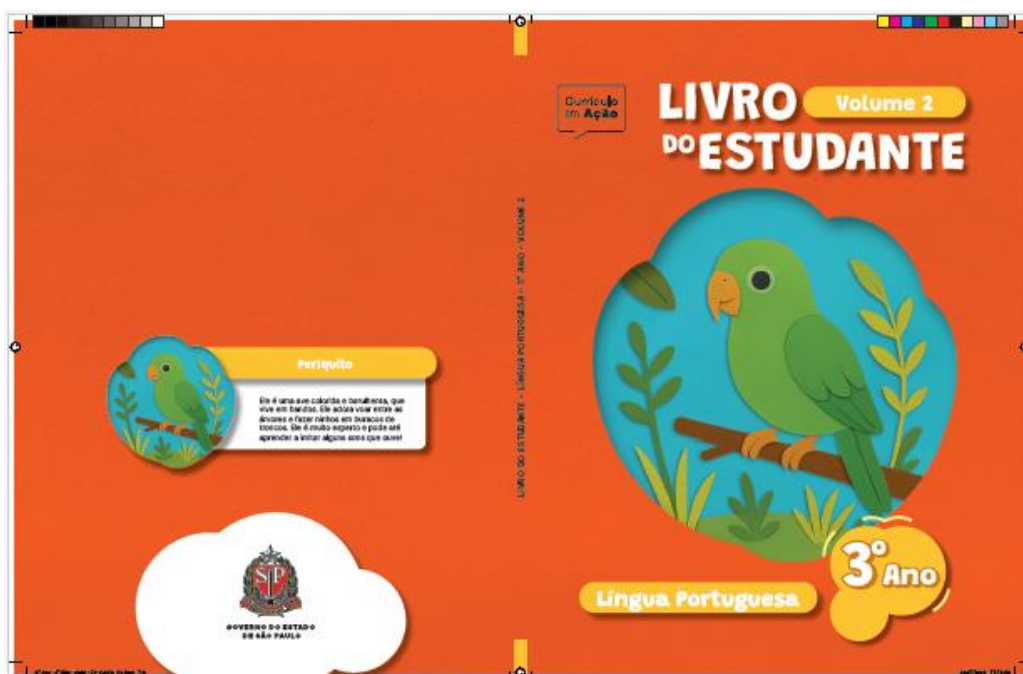
**CÂNDIDO JOSÉ DO SANTOS**

Diretoria de Projetos Especiais

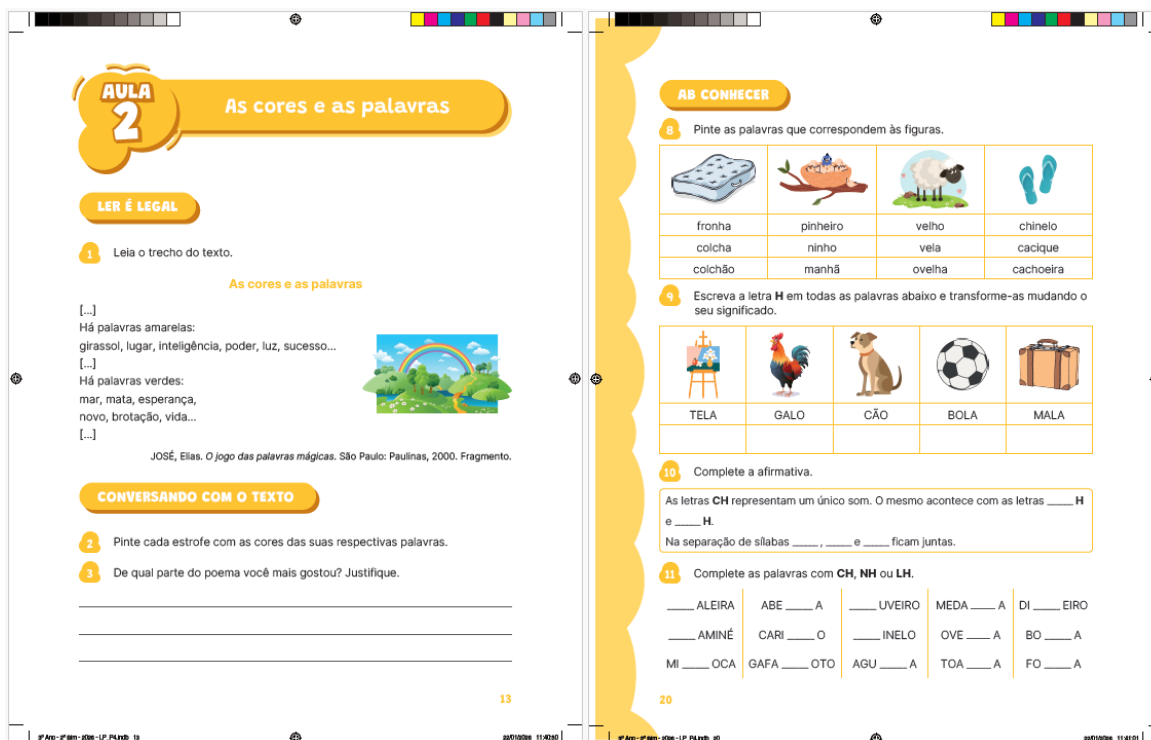
## ADENDO F - MODELO DE MATERIAL PARA IMPRESSÃO

### F01 - Modelo de capa

**Livro:** Livro do Estudante - 3º Ano (Língua Portuguesa) - Vol. 02 - 180 páginas



### F02 - Modelo de Miolo



## ADENDO G - HISTÓRICO DE EXECUÇÃO

**G.01** - Com o objetivo de subsidiar o dimensionamento do volume de produção do objeto licitado, a tabela a seguir demonstra a consolidação da execução dos serviços correspondente a um ano letivo. Importante frisar que se trata de demanda já executada, servindo, portanto, apenas como referência histórica. A previsão de demanda para os próximo ano letivo é consideravelmente maior tendo em vista o aumento substancial do número de títulos previstos.

Tabela 28 - Histórico de execução: Lote 01 - Ensino Médio

PAG. POR LIVRO (P)	QTDE. DE CAD. TIP. + CAPA P/ LIVRO CT=(P / 16)+1 (CT)	2º BIMESTRE 2025		3º BIMESTRE 2025		4º BIMESTRE 2025		1º BIMESTRE 2026	
		QTDE TOTAL DE LIVROS (QL)	TOTAL DE CAD. TIP. QL*CT	QTDE TOTAL DE LIVROS (QL)	TOTAL DE CAD. TIP. QL*CT	QTDE TOTAL DE LIVROS (QL)	TOTAL DE CAD. TIP. QL*CT	QTDE TOTAL DE LIVROS (QL)	TOTAL DE CAD. TIP. QL*CT
168	12	0	0	402.550	3.622.950	0	0	0	0
184	13	877.400	8.774.000	432.620	4.326.200	0	0	448.955	4.489.550
192	13	1.247.525	12.475.250	0	0	1.196.600	11.966.000	0	0
196	14	0	0	0	0	0	0	415.360	4.153.600
200	14	0	0	835.170	9.186.870	0	0	0	0
204	14	0	0	0	0	0	0	499.265	5.491.915
208	14	0	0	0	0	0	0	448.955	4.938.505
216	15	0	0	0	0	0	0	499.265	5.991.180
224	15	0	0	0	0	788.520	9.462.240	0	0
240	16	0	0	356.415	4.276.980	0	0	0	0
248	17	0	0	432.620	5.191.440	0	0	0	0
256	17	0	0	0	0	0	0	448.955	5.836.415
264	18	458.605	5.961.865	402.550	5.233.150	0	0	0	0
272	18	418.795	5.444.335	0	0	0	0	0	0
276	19	0	0	0	0	394.260	5.125.380	0	0
280	19	0	0	356.415	4.989.810	0	0	0	0
284	19	370.125	5.181.750	0	0	0	0	0	0
288	19	0	0	0	0	772.810	10.819.340	499.265	6.989.710
296	20	0	0	0	0	0	0	415.360	5.815.040
<b>TOTAIS</b>		<b>3.372.450</b>	<b>37.837.200</b>	<b>3.218.340</b>	<b>36.827.400</b>	<b>3.152.190</b>	<b>37.372.960</b>	<b>3.675.380</b>	<b>43.705.915</b>
<b>MÉDIA</b>									
240	16								

Tabela 29 - Histórico de execução: Lote 01 - Pequenas Tiragens

PAG. POR LIVRO (P)	QTDE. DE CAD. TIP. + CAPA P/ LIVRO CT=(P / 16)+1 (CT)	2º BIMESTRE 2025		3º BIMESTRE 2025		4º BIMESTRE 2025		1º BIMESTRE 2026	
		QTDE TOTAL DE LIVROS (QL)	TOTAL DE CAD. TIP. QL*CT	QTDE TOTAL DE LIVROS (QL)	TOTAL DE CAD. TIP. QL*CT	QTDE TOTAL DE LIVROS (QL)	TOTAL DE CAD. TIP. QL*CT	QTDE TOTAL DE LIVROS (QL)	TOTAL DE CAD. TIP. QL*CT

80	6	0	0	11.945	71.670	0	0	0	0
88	7	16.625	116.375	6.245	43.715	0	0	13.115	91.805
96	7	730	5.110	12.370	86.590	0	0	855	5.985
104	8	385	3.080	6.245	49.960	0	0	9.940	79.520
106	8	0	0	6.065	48.520	0	0	0	0
112	8	0	0	835	6.680	0	0	1.340	10.720
120	9	0	0	60.190	541.710	0	0	14.995	134.955
124	9	0	0	46.285	416.565	0	0	0	0
128	9	0	0	46.285	416.565	0	0	735	6.615
132	10	0	0	375	3.750	0	0	4.230	42.300
136	10	0	0	46.285	462.850	0	0	0	0
144	10	0	0	355	3.550	0	0	430	4.300
156	11	0	0	5.120	56.320	22.865	251.515	56.260	618.860
160	11	0	0	46.285	509.135	0	0	0	0
168	12	0	0	5.120	61.440	0	0	56.260	675.120
172	12	0	0	46.285	555.420	0	0	0	0
180	13	0	0	5.070	65.910	0	0	56.260	731.380
184	13	0	0	5.155	67.015	0	0	3.700	48.100
188	13	0	0	5.000	65.000	0	0	24.910	323.830
192	13	0	0	45.160	587.080	87.290	1.134.770	24.910	323.830
196	14	0	0	5.070	70.980	22.865	320.110	56.260	787.640
208	14	0	0	385	5.390	64.425	901.950	415	5.810
212	15	0	0	49.470	742.050	0	0	4.755	71.325
224	15	0	0	46.285	694.275	6.155	92.325	0	0
232	16	0	0	0	0	52.650	842.400	0	0
248	17	0	0	40.160	682.720	52.650	895.050	0	0
288	19	0	0	0	0	0	0	134.090	2.547.710
<b>TOTAIS</b>		<b>17.740</b>	<b>124.565</b>	<b>548.045</b>	<b>6.314.860</b>	<b>308.900</b>	<b>4.438.120</b>	<b>463.460</b>	<b>6.509.805</b>
<b>MÉDIA</b>									
192	13								

Tabela 30 - - Histórico de execução: Lote 02 - Ensino Fundamental I

PAG. POR LIVRO (P)	QTDE. DE CAD. TIP. + CAPA P/ LIVRO CT=(P / 16)+1 (CT)	2º BIMESTRE 2025		3º BIMESTRE 2025		4º BIMESTRE 2025		1º BIMESTRE 2026	
		QTDE TOTAL DE LIVROS (QL)	TOTAL DE CAD. TIP. QL*CT	QTDE TOTAL DE LIVROS (QL)	TOTAL DE CAD. TIP. QL*CT	QTDE TOTAL DE LIVROS (QL)	TOTAL DE CAD. TIP. QL*CT	QTDE TOTAL DE LIVROS (QL)	TOTAL DE CAD. TIP. QL*CT
116	9	351.460	3.163.140	0	0	0	0	0	0
132	10	365.760	3.657.600	0	0	0	0	396.705	3.967.050
136	10	359.100	3.591.000	361.715	3.617.150	0	0	0	0
140	10	365.525	3.655.250	366.215	3.662.150	0	0	0	0
148	11	350.990	3.860.890	0	0	1.096.595	12.062.545	404.000	4.444.000
156	11	0	0	369.965	4.069.615	0	0	0	0
160	11	0	0	379.300	4.172.300	0	0	419.890	4.618.790
164	12	0	0	0	0	378.915	4.546.980	411.570	4.938.840
168	12	0	0	0	0	0	0	827.515	9.930.180
172	12	0	0	0	0	0	0	396.705	4.760.460
176	12	0	0	361.715	4.340.580	380.995	4.571.940	411.570	4.938.840
180	13	0	0	381.475	4.959.175	380.995	4.952.935	0	0
184	13	365.760	4.754.880	0	0	0	0	0	0
188	13	0	0	381.475	4.959.175	0	0	0	0
192	13	702.920	9.137.960	0	0	0	0	407.625	5.299.125
196	14	0	0	0	0	727.075	10.179.050	823.890	11.534.460
200	14	0	0	369.965	5.179.510	361.175	5.056.450	800.705	11.209.870
204	14	0	0	361.715	5.064.010	748.435	10.478.090	411.570	5.761.980
208	14	0	0	745.515	10.437.210	380.995	5.333.930	0	0
212	15	350.990	5.264.850	0	0	378.915	5.683.725	0	0
216	15	0	0	381.475	5.722.125	0	0	407.625	6.114.375
220	15	0	0	0	0	365.900	5.488.500	0	0
228	16	1.449.485	23.191.760	0	0	369.520	5.912.320	0	0
232	16	365.525	5.848.400	366.215	5.859.440	0	0	0	0
236	16	350.990	5.615.840	369.965	5.919.440	0	0	0	0
248	17	0	0	379.300	6.448.100	0	0	0	0
<b>TOTAIS</b>		<b>5.378.505</b>	<b>71.741.570</b>	<b>5.576.010</b>	<b>74.409.980</b>	<b>5.569.515</b>	<b>74.266.465</b>	<b>6.119.370</b>	<b>77.517.970</b>
<b>MÉDIA</b>									
192	13								

Tabela 31 - Histórico de execução: Lote 03 - Ensino Fundamental II

PAG. POR LIVRO (P)	QTDE. DE CAD. TIP. + CAPA P/ LIVRO CT=(P / 16)+1 (CT)	2º BIMESTRE 2025		3º BIMESTRE 2025		4º BIMESTRE 2025		1º BIMESTRE 2026	
		QTDE TOTAL DE LIVROS (QL)	TOTAL DE CAD. TIP. QL*CT	QTDE TOTAL DE LIVROS (QL)	TOTAL DE CAD. TIP. QL*CT	QTDE TOTAL DE LIVROS (QL)	TOTAL DE CAD. TIP. QL*CT	QTDE TOTAL DE LIVROS (QL)	TOTAL DE CAD. TIP. QL*CT
192	13	0	0	0	0	136.405	1.773.265	0	0
208	14	0	0	0	0	176.560	2.471.840	0	0
216	15	0	0	0	0	0	0	258.190	3.872.850
232	16	0	0	0	0	124.500	1.992.000	258.190	4.131.040
248	17	0	0	0	0	84.345	1.433.865	0	0
252	17	0	0	0	0	0	0	464.095	7.889.615
256	17	1.280.535	21.769.095	408.490	6.944.330	0	0	705.665	11.996.305
264	18	0	0	0	0	408.900	7.360.200	0	0
272	18	0	0	411.455	7.406.190	405.880	7.305.840	258.375	4.650.750
280	19	421.520	8.008.880	424.225	8.060.275	0	0	457.290	8.688.510
288	19	0	0	0	0	0	0	443.935	8.434.765
296	20	421.560	8.431.200	823.910	16.478.200	421.035	8.420.700	447.290	8.945.800
304	20	0	0	819.945	16.398.900	0	0	0	0
312	21	0	0	424.225	8.908.725	421.035	8.841.735	443.935	9.322.635
316	21	421.520	8.851.920	0	0	0	0	0	0
320	21	423.250	8.888.250	0	0	816.975	17.156.475	464.095	9.745.995
332	22	0	0	0	0	405.880	8.929.360	0	0
336	22	435.725	9.585.950	0	0	408.075	8.977.650	457.290	10.060.380
TOTALS		3.404.110	65.535.295	3.312.250	64.196.620	3.809.590	74.662.930	4.658.350	87.738.645
MÉDIA									
304	20								

Tabela 32 - Histórico/Previsão de execução: Lote 04 - Provas/Avaliações

PAG. POR LIVRO (P)	2º BIMESTRE 2026	3º BIMESTRE 2026*	4º BIMESTRE 2026*	1º BIMESTRE 2027
	QTDE TOTAL DE LIVROS	QTDE TOTAL DE LIVROS	QTDE TOTAL DE LIVROS	QTDE TOTAL DE LIVROS
2	2.343.291	912.976	2.343.291	0
8	1.425.135	0	1.425.135	0
16	6.058.460	6.058.460	6.058.460	0
TOTALS	9.826.886	6.971.436	9.826.886	0

(\*) Quantidades previstas



---

## SUMÁRIO GERAL

01 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO .....	22
02 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	24
03 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO ....	24
04 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....	25
05 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO .....	26
06 - MODELO DE GESTÃO DOS CONTRATOS .....	28
07 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO .....	30
08 - FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	34
09 - ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO .....	38
10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	40
ADENDO A - DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS .....	41
ADENDO B – DETALHAMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO DO OBJETO .....	46
ADENDO C - PROPOSTA COMERCIAL .....	51
ADENDO D - LOCAIS DE ENTREGA.....	53
ADENDO E - DESIGNAÇÃO DE GESTORES (MODELO) .....	63
ADENDO F - MODELO DE MATERIAL PARA IMPRESSÃO .....	64
ADENDO G - HISTÓRICO DE EXECUÇÃO .....	65
SUMÁRIO GERAL .....	69

## ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .....

O(A)..... (órgão ou entidade pública), por intermédio do(a) ..... (responsável por gerenciar a ata de registro de preços), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/.....] nº ....., de ..... de ..... de 202..., publicado(a) no DOE de ..... de ..... de ....., [portador(a) da identificação funcional..... nº ...../inscrito(a) no CPF sob o nº ..... (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo n.º ....., resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no [Edital de licitação] / [Aviso da Contratação Direta], sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, c/c o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

### 1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços especializados, não contínuos, de produção e logística de materiais didáticos do currículo oficial do Estado de São Paulo, abrangendo impressão, acabamento, mixagem/separação, embalagem, transporte e entrega, com fornecimento de apostilas prontas para uso nas unidades escolares, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento e que constitui Anexo do Edital de Pregão Eletrônico FDE nº 90126/2026 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Un	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)

- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão ou entidade gerenciadora será a FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FDE;

- 3.2. Além do órgão ou entidade gerenciadora, não há órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. Durante a vigência desta ata de registro de preços, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à ata na condição de não participantes, observados os limites e regras estabelecidos neste instrumento, bem como os seguintes requisitos:
- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
  - b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
  - c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.1.1. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.1.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.1.2. Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.1.3. O prazo para efetivar a contratação de que trata a subdivisão acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo órgão ou entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.1.4. O órgão ou entidade integrante da ata de registro de preços poderá aderir, na qualidade de não participante, a item(ns) para o(s) qual(is) não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos das subdivisões deste item 4.
- 4.1.5. É da competência do respectivo órgão ou entidade que tenha aderido à ata na condição de não participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação à sua própria contratação, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

##### **Dos limites para as adesões**

- 4.1.6. As contratações adicionais decorrentes das adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os participantes.
- 4.1.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

#### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

- 5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, não haverá quantitativo adicional, de modo que, no período de vigência da prorrogação, somente poderá haver renovação do quantitativo originalmente registrado.
- 5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício

financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

- 5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.
- 5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. A habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.
- 5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.
- 5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:
- 5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.
- 5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do *caput* do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021, quando for o caso.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:
- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

6.3. É vedado:

a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;

### **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;

b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;

b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na

ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

- 7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.
- 7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:
- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;
  - b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:
- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
  - b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  - b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
  - c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
  - d) for apenado com sanção prevista no inciso III do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do *caput* do mesmo artigo.
- 9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea “d” da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.



9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a assinatura de termo de contrato cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”.

Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo fornecedor anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 ou na documentação que o integra como Anexo;

11.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no instrumento convocatório mencionado no item 1.1);

11.3. O fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

11.3.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.5. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de item(ns) específico(s) do lote se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .1. (uma) via(s), que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados, encaminhando-se cópia ao(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) mencionado(s) no item 3.2 [se houver].

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão ou entidade gerenciadora

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**ANEXO III - CADASTRO DE RESERVA**

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Un	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Modelo (se aplicável conforme Edital/ Aviso)	Unidade	Quantidade máxima a ser cotada	Quantidade mínima a ser cotada	Valor Un	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital/ Aviso)

**ANEXO IV - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO****Processo de Contratação nº 36/00167/26/05 – Pregão Eletrônico nº 90126/2026**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., CELEBRADO ENTRE O(A)  
....., POR INTERMÉDIO DO(A) ..... E  
.....

A **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**, com sede no(a) ..... , na cidade de ..... /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº ..... , neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/\_\_\_\_\_] nº ..... de ..... de ..... de 20...., publicado(a) no DOE de ..... de ..... de ..... , [portador(a) da identificação funcional \_\_\_\_\_ nº ...../inscrito(a) no CPF sob o nº ..... (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ..... , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ..... , sediado(a) na ..... , doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº ..... , conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90126/2026**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO** (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação(ões) futura(s) de serviços especializados, não contínuos, de produção e logística de materiais didáticos do currículo oficial do Estado de São Paulo, abrangendo impressão, acabamento, mixagem/separação, embalagem, transporte e entrega, com fornecimento de apostilas prontas para uso nas unidades escolares, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada neste item, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS** (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

3.2. Esta disposição define a matriz de alocação de riscos entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, nos termos das subdivisões subsequentes, para os lotes 01,02 e 03.

3.2.1. Excetuados os riscos alocados de maneira diversa por disposição expressa deste contrato, a CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos riscos inerentes à execução do objeto descrito na Cláusula Primeira, incluindo-se, dentre outros, os seguintes:

I – falhas, erros ou omissões nos processos de impressão, acabamento, mixagem, separação, embalagem, transporte, distribuição e entrega dos materiais didáticos;

II – atraso no cumprimento dos prazos de execução e entrega estabelecidos contratualmente, sempre que relacionado a obrigações assumidas pela CONTRATADA;

III – erros na estimativa de custos, despesas, produtividade, logística, dimensionamento operacional ou quaisquer premissas utilizadas para formulação da proposta;

IV – prejuízos decorrentes de falhas na execução dos serviços, incluindo defeitos de impressão, acabamento, embalagem, conferência, separação, transporte ou distribuição dos materiais, bem como descumprimento dos padrões mínimos de qualidade estabelecidos no Edital, Termo de Referência e respectivos anexos;

V – decisões judiciais ou administrativas que suspendam ou prejudiquem a execução contratual quando decorrentes de ação ou omissão imputável à CONTRATADA;

VI – quaisquer problemas decorrentes da relação da CONTRATADA com fornecedores, subcontratados, transportadores ou terceiros por ela contratados;

- VII – constatação superveniente de erros ou omissões existentes na proposta comercial ou nas premissas utilizadas para sua elaboração;
  - VIII – problemas, atrasos ou indisponibilidade no fornecimento de papel, tintas, chapas, embalagens, combustíveis, fretes ou quaisquer insumos necessários à execução do objeto, bem como variações ordinárias dos respectivos custos;
  - IX – perdas, furtos, roubos, extravios, avarias ou deterioração dos materiais durante sua produção, armazenamento, movimentação, transporte ou distribuição, ressalvadas as hipóteses expressamente atribuídas ao CONTRATANTE;
  - X – alteração do cenário macroeconômico, variações ordinárias das taxas de juros, inflação, câmbio ou demais oscilações econômicas inerentes à atividade empresarial;
  - XI – criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais que não produzam impacto direto na contraprestação contratual ou que incidam exclusivamente sobre a renda da CONTRATADA;
  - XII – prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência da execução do objeto;
  - XIII – planejamento empresarial, financeiro, econômico, tributário e operacional da CONTRATADA;
  - XIV – atendimento à legislação trabalhista, previdenciária, tributária, ambiental, de segurança do trabalho e demais normas aplicáveis;
  - XV – negligência, imperícia, imprudência ou omissão de empregados, prepostos, subcontratados ou terceiros vinculados à CONTRATADA.
- 3.2.2. É de integral responsabilidade da CONTRATADA o levantamento pormenorizado e o conhecimento dos riscos por ela assumidos, devendo adotar todas as medidas necessárias para sua prevenção, mitigação e tratamento, responsabilizando-se pelas consequências decorrentes de sua materialização.
- 3.2.3. Sem prejuízo de outros riscos expressamente assumidos pelo CONTRATANTE neste contrato, competirá a este suportar os seguintes riscos:
- I – decisões judiciais ou administrativas que suspendam ou prejudiquem a execução do objeto, desde que não tenham sido provocadas por ação ou omissão imputável à CONTRATADA;
  - II – demora ou omissão do CONTRATANTE na disponibilização de informações, arquivos digitais, layouts, conteúdos, autorizações, aprovações, ordens de fornecimento ou quaisquer elementos indispensáveis à execução contratual;
  - III – danos decorrentes de atos ou omissões imputáveis exclusivamente ao CONTRATANTE;
  - IV – criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais que produzam impacto direto na contraprestação contratual ou nas obrigações tributárias relacionadas especificamente à execução do objeto, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021;
  - V – modificações unilaterais promovidas pelo CONTRATANTE nas condições de execução contratual, observados os limites legais;
  - VI – fato do príncipe ou fato da Administração que comprovadamente onerem ou impeçam a execução do contrato;
  - VII – atraso na disponibilização dos recursos financeiros destinados ao pagamento da contraprestação contratual;
  - VIII – greves ou paralisações de servidores do CONTRATANTE que comprovadamente impeçam ou retardem a execução contratual.
- 3.2.4. Em relação à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, aplicam-se integralmente as disposições constantes da minuta padronizada da Procuradoria Geral do Estado, especialmente quanto:
- I – à manutenção da equação econômico-financeira originalmente pactuada;
  - II – à caracterização do desequilíbrio decorrente da materialização de risco não atribuído à parte prejudicada;



- III – à necessidade de comprovação efetiva dos impactos financeiros alegados;
- IV – à observância da matriz de alocação de riscos para definição da responsabilidade pelos efeitos positivos ou negativos decorrentes da materialização dos riscos previstos nesta cláusula.
- 3.2.5. Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro observarão o procedimento previsto neste contrato e deverão ser instruídos com a demonstração do evento superveniente, do respectivo nexo causal e da efetiva repercussão econômico-financeira, permanecendo integralmente aplicáveis as disposições da minuta padronizada da Procuradoria Geral do Estado.
- 3.2.6. Caso seja demonstrado o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, seu restabelecimento será formalizado mediante termo aditivo, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.”

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não é admitida a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, mas é permitida a subcontratação parcial do objeto, observadas as seguintes condições:
- 4.2.1. Conforme faculta o artigo 122 da Lei nº 14.133/2021, a empresa a ser contratada poderá subcontratar os serviços de logística (mixagem, embalagem, agendamento das entregas, transporte, distribuição/entrega), desde que não haja prejuízos na execução dos serviços e dos prazos estabelecidos, nem se exima a CONTRATADA de quaisquer de suas obrigações e responsabilidades, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE pelos serviços executados direta ou indiretamente por ela e ou por alguma de suas subcontratadas.
- 4.2.2. A subcontratação de serviços logísticos para a entrega dos itens justifica-se logísticos por ser prática corrente no setor de editorial, visto que existem empresas especializadas em distribuição de insumos para as escolas. É prática corrente essa modalidade de entrega em outras ações desta pasta, como materiais didáticos impressos e kits escolares.
- 4.2.3. O planejamento e a gestão de todos os serviços, desde a aquisição dos itens, insumos, montagem dos acervos, armazenamento, expedição, transporte, distribuição e entrega, administração do sistema, não poderão ser subcontratados.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO** (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.
- 5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO** (art. 92, V e VI)

- 6.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura no protocolo da CONTRATANTE, em conformidade com a Cláusula Nona deste instrumento.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no Banco do Brasil S/A. em 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da nota fiscal/fatura, ou de sua reapresentação em caso de incorreções, na forma e local previstos nesta Cláusula.

## **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

## **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da **CONTRATADA** no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela **CONTRATADA**, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

## **PARAGRAFO QUARTO**

A **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

## **PARÁGRAFO QUINTO**

O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:

I - Quando da celebração do contrato, a **CONTRATADA** deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;

II - Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

a) O **CONTRATANTE**, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da **CONTRATADA** no prazo previsto na legislação municipal.

b) Para tanto, a **CONTRATADA** deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA O ISS” ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

III - Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

a) A **CONTRATADA** deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;

b) Mensalmente a **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;

c) Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a **CONTRATADA** apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

d) a não apresentação dessas comprovações assegura ao **CONTRATANTE** o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

## **PARÁGRAFO SEXTO**

Por ocasião da apresentação ao **CONTRATANTE** da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a **CONTRATADA** deverá fazer prova do recolhimento mensal ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos termos da legislação vigente.

I - As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao período de execução e tomador de serviço.

II - Se por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura, do recibo ou do documento de cobrança equivalente não houver decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS, poderá ser apresentada cópia da documentação comprobatória do recolhimento referente ao mês imediatamente anterior, devendo a **CONTRATADA** apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para recolhimento.

III - a não apresentação dessas comprovações assegura ao **CONTRATANTE** o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

## **PARAGRAFO SÉTIMO**

Nos termos do artigo 31 da Lei Federal nº 8.212/1991 e da Instrução Normativa MPS/RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, a **CONTRATANTE** deverá efetuar a retenção de 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, obrigando-se a recolher a importância retida, em nome da **CONTRATADA**, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão do respectivo documento de cobrança ou, se não houver expediente bancário naquele dia, até o dia útil imediatamente anterior.

I - Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a **CONTRATADA** deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL”, sendo que:

a) poderão ser deduzidos da base de cálculo da retenção, os valores dos custos de fornecimento incorridos pela **CONTRATADA** a título de vale-transporte e de vale-refeição, nos termos da legislação própria. Tais parcelas deverão estar discriminadas no documento de cobrança.

b) a falta de destaque do valor da retenção no documento de cobrança impossibilitará a **CONTRATADA** de efetuar sua compensação perante o INSS, ficando a critério do **CONTRATANTE** proceder à retenção e ao recolhimento devidos sobre o valor bruto do documento de cobrança, ou, em alternativa, devolvê-lo à **CONTRATADA**.

II - Quando da apresentação do documento de cobrança, a **CONTRATADA** deverá elaborar e entregar ao **CONTRATANTE** os seguintes documentos:

a) cópia da folha de pagamento específica para os serviços realizados sob o contrato, identificando o número do contrato, a Unidade que o administra, relacionando respectivamente todos os segurados colocados à disposição desta e informando:

- nome dos segurados;
- cargo ou função;
- remuneração discriminando separadamente as parcelas sujeitas ou não à incidência das contribuições previdenciárias;
- descontos legais;
- quantidade de quotas e valor pago à título de salário-família;
- totalização por rubrica e geral;
- resumo geral consolidado da folha de pagamento; e

b) demonstrativo mensal assinado por seu representante legal, individualizado por **CONTRATANTE**, com as seguintes informações:

- nome e CNPJ do CONTRATANTE;
  - data de emissão do documento de cobrança;
  - número do documento de cobrança;
  - valor bruto, retenção e valor líquido (recebido) do documento de cobrança.
  - totalização dos valores e sua consolidação.
- c) os documentos solicitados nas alíneas anteriores deverão ser entregues ao CONTRATANTE na mesma oportunidade da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE** (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE** (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
  - 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
  - 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  - 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
  - 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
  - 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da

[Lei nº 14.133, de 2021](#)

- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.12. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.
- 8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.
- 8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO** (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato, do Termo de Referência e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
  - 9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;
    - 9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade.
  - 9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
  - 9.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
  - 9.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano



causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 9.1.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
- 9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;
- 9.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.16. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou



inadequada utilização;

- 9.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.19. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.20. Cumprir as disposições constantes no Código de Ética e de Conduta da FDE vigente, disponível no site da FDE no link [https://www.fde.sp.gov.br/fde/institucional/codigo\\_de\\_etica](https://www.fde.sp.gov.br/fde/institucional/codigo_de_etica), sob pena das sanções previstas pelo seu descumprimento.
- 9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.
- 9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).
- 9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:
- 9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

- 
- 11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.
- 11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:
- 11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
  - 11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
  - 11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;
  - 11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e
  - 11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.
- 11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:
- 11.6.1. Caso fortuito ou força maior;
  - 11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;
  - 11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.
- 11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros.
- 11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.
- 11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
  - 11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

- 11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
- 11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 11.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** (art. 92, XIV)

### **12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:**

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

### **12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:**

- I - Advertência, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));
- II - Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));
- III - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));
- IV - Multa.
- V - A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### **12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).**

### **12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).**

- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133,](#)

de 2021).

- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.12. As penalidades aplicáveis:
- 12.12.1. Pelas infrações previstas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes sanções:
- I - Advertência aplicada pela FDE registrada no Cadastro de Fornecedores, e inserida no site e-Sanções e demais canais pertinentes da Administração Pública;
  - II - Multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, na hipótese de inexecução total;
  - III - Multa de 10% (dez por cento) sobre a parcela não cumprida do contrato, por sua inexecução parcial;
  - IV - Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução do objeto do contrato calculada sobre o valor do fornecimento feito com atraso, até o 10º dia de atraso;
  - V - Multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso na execução do objeto do contrato calculada sobre o valor do fornecimento feito com atraso, a partir do 11º dia de atraso;
  - VI - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer das condições ajustadas cujas sanções não estejam previstas nesta cláusula;
  - VII - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 3 (três) anos;
  - VIII - declaração de inidoneidade, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando as infrações previstas que justifiquem a imposição de penalidade

*mais grave que a sanção referida no inciso VII, que impedirá a **CONTRATADA** de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;*

*12.12.2. As multas previstas nos incisos III, IV, V e VI desta cláusula são cumulativas e serão aplicadas até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, quando poderá ser extinto o contrato e aplicado o impedimento de licitar e contratar Administração, pelo prazo de até 03 (três) anos;*

*12.12.3. As sanções previstas nos incisos I, VII e VIII poderão ser aplicadas cumulativamente com as previstas nos incisos II, III, IV, V e VI desta cláusula.*

*12.12.4. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, mas sim moratório e, consequentemente, o seu pagamento não exime a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à **FDE**;*

*12.12.5. As multas aplicadas e as indenizações cabíveis serão sempre que possível descontadas dos créditos da **CONTRATADA**, e quando seus valores forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.*

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL** (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

*13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como no artigo 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o contratado for sociedade cooperativa.*

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.



---

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** (art. 92, VIII)

- 14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:
- a) Gestão/Unidade: 080020
  - b) Fonte de Recursos: 154010001;
  - c) Programa de Trabalho: 12368081561740000;
  - d) Elemento de Despesa: 33903983;
  - e) Plano Interno: 000.000.0100
  - f) Nota de Empenho:
- 14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS** (art. 92, III)

- 15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.
- 16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

- 17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da [Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da [Lei n.º 14.133, de 2021](#), e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.



**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO** (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

---

**ANEXO V - MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**  
(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO VI - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO DO TCE/SP**

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_  
CONTRATADO: \_\_\_\_\_  
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_  
OBJETO: \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:****Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)